



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO PARA O INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA E PARA A UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA,
DE 3 DE ABRIL DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Tenho a honra de declarar aberta a presente audiência pública para debater o transporte público coletivo para o Instituto Federal de Brasília e a Universidade de Brasília.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu gostaria de informar que, a partir de agora, estão abertas as inscrições para quem deseja fazer uso da palavra. Aos interessados, basta levantar a mão que nossa equipe da comissão vai coletar com vocês as falas. A gente, ao final, vai passar a palavra para que cada um possa ter o direito de fazer uso da palavra por até três minutos.

Quero registrar a todos os que nos acompanham que esta audiência está sendo transmitida pelo canal do YouTube e pela *TV Câmara Distrital*.

Eu gostaria de registrar a presença, que nos honra muito, de algumas pessoas e figuras. Está aqui com a gente o Dr. Alexandre Sales de Paula e Souza, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Fernando Eloia, Diretor da Viação Pioneira; Rafaela Caetano Pinto, Diretora de Pós-graduação, Pesquisa, Inovação e Extensão do *campus* Brasília do IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Paíque Duques Santarém, do Movimento Passe Livre; Igor Andrey, Presidente do CAGEP – Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB; Patrícia Albuquerque de Lima, Diretora-Geral do *campus* Brasília do IFB; Giano Luís Copetti, Diretor-Geral do *campus* Estrutural do IFB; Nilton Nélcio Cometti, Diretor-Geral do *campus* Planaltina do IFB; Robson Caldas de Oliveira, Diretor-Geral do *campus* São Sebastião do IFB; e Enver Soares, Gerente Operacional da Viação Pioneira.

Há mais presenças aqui.

Concedo a palavra ao nosso Deputado, que também compõe a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana – eu tenho muito orgulho de que esteja aqui –, o também Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Félix. (Palmas.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Bom dia, pessoal. Nossa segunda-feira, em uma semana um pouco mais curta, está começando com muito trabalho. A gente quer iniciar esta audiência pública agradecendo muito a presença de cada uma e de cada um de vocês. Essa presença, para nós, é fundamental, porque quem tem que falar e discutir mobilidade e transporte público é quem vive essa realidade.

A gente tem uma série de autoridades hoje aqui, representantes das empresas, representantes do Ministério Público, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal. Acho que todo mundo precisa ouvir, porque a ideia desta audiência pública é que a gente tenha um momento de escuta qualificado, para que isso possa gerar melhoria no transporte público da nossa cidade, especialmente aquele que hoje a gente está se dispondo a ter como objeto a discutir.

Também queria registrar algumas presenças. Queria registrar a presença do Dr. Dênio Augusto de Oliveira Moura, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – PROURB; do Sérgio Ribeiro, Gerente Operacional da Viação Pioneira; do Igor Taques, Diretor da Viação Marechal; do Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá, professor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – sempre militante nessa pauta; do Germano Teixeira Cruz, Diretor-Geral do *campus* Recanto das Emas do IFB – obrigado pela presença; da Maria Helenice Barroso, professora de História do *campus* Recanto das Emas do IFB; do Fabrício Augusto Gomes, professor de Sociologia do *campus* Recanto das Emas do IFB; do Lucas Barbosa de Melo, professor do *campus* Taguatinga do IFB e Coordenador-Geral do SINASEFE/DF – Sindicato Nacional dos Servidores Federais na Educação Básica, Profissional e Tecnológica; Igor Andrey, Presidente do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB, também presente – valeu, Igor –; Cristiane Batista Salgado, chefe de gabinete do IFB; e Alex Medrado, docente do IFB Recanto das Emas.

O Deputado Max Maciel pediu que eu iniciasse com algumas considerações importantes. A pauta da mobilidade assola a população do Distrito Federal. A questão do transporte, desde que eu entrei na Câmara Legislativa em 2019, tem sido uma das principais pautas de precarização, de precarização da vida humana, da dignidade.

Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, nós recebemos centenas de denúncias relacionadas à dignidade humana das pessoas por conta do funcionamento ou do mal funcionamento do transporte público em nossa cidade. Isso tem uma relação direta com o direito à cidade, a acessar a cidade.

Hoje o transporte público é gerido e concebido no Distrito Federal em uma concepção apenas de carregamento: ida do trabalho para a escola, ida para a faculdade, retorno para casa, em uma cidade absolutamente pensada em todos os momentos para o transporte individual. Toda vez em que se pensa em obras nesta cidade os últimos governos sempre apostaram nas obras que estão relacionadas à construção de viadutos, ampliação das pistas e nunca em uma aposta estrutural estratégica para o transporte público. Eu digo isso porque esse é um problema que estrutura as relações nesta cidade e o nosso direito de acessar a mobilidade. O direito de toda a cidade.

A cidade é pensada para os carros e não para as pessoas, não para o transporte coletivo. Para quem vai trabalhar, isso tem desdobramento, especialmente para as periferias desta cidade no acesso ao centro, porque boa parte das universidades, exceto o Instituto Federal, boa parte dos serviços, do serviço público que muita gente acessa está no centro, no Plano Piloto. Hoje o transporte não é pensado em uma lógica de direito e mobilidade. Ainda mais se você fala sobre cultura, lazer, entretenimento, porque não existe transporte para esse horário. Essa é uma reclamação de todo mundo. É um problema generalizado nesta cidade. É precarização estrutural, abandono, falta de investimento. Por fim, falta de transparência.

Passsei os últimos dois anos na Câmara Legislativa praticamente votando contra os créditos adicionais para o transporte público. Não porque sou contra, mas porque nós somos – não é, Max? – favoráveis ao subsídio do transporte público. No mundo inteiro o transporte público – não é, Professor Paulo, especialista nessa área? –, é subsidiado. Isso não é um problema, mas falta transparência. Não sabemos exatamente para onde vai aquele recurso.

Eu lembro que, no ano passado, em junho, a Câmara Legislativa aprovou um crédito de meio bilhão para o transporte público. Em junho! Podia estar previsto para o orçamento de dezembro, mas aprovou em junho um adicional de meio bilhão em uma lei adicional orçamentária que foi encaminhada para esta Casa.

Esta falta de transparência, seja da linha que não chega no horário até a troca das frota ou outros pontos relacionados ao financiamento, ao fluxo, ao lucro das empresas, é um problema que agrava ainda mais a situação do transporte público para a cidade. Isso traz consequências para todo mundo. Traz consequências para vocês, consequências essas que a gente está acompanhando aqui.

A Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana é agora – ainda bem – presidida pelo Deputado Max Maciel. Acho que é uma conquista desta Casa o Deputado Max Maciel presidir a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, porque isso ajuda a gente, que luta por mobilidade urbana e transporte coletivo, a ter uma representação ou ter representações que pressionem as empresas, o governo, o Poder Público, o Legislativo a cobrar um transporte público coletivo melhor para todo mundo.

Acho que essa é a concepção de transporte que a gente está jogando na mesa hoje. Os nossos mandatos estão aqui para lutar por uma cidade que seja voltada para a mobilidade urbana para todo mundo, uma mobilidade urbana que funcione, de fato.

O transporte público não é feito para as empresas ganharem dinheiro, mas é feito para que as pessoas possam ter direito à cidade. Esse é o modelo de transporte público que nós vamos defender nesta audiência pública de hoje, querendo ouvir a realidade de cada uma e cada um de vocês.

Agradeço, mais uma vez, a presença.

Devolvo a palavra ao meu colega Deputado Max Maciel. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, nosso Líder, Deputado Fábio Félix.

Eu também queria muito agradecer ao IFB e à Universidade de Brasília por toda a mobilização para estarem aqui hoje. Nós fomos aos *campi* do IFB, fomos aos *campi* da Universidade de Brasília para coletar informações *in loco*. Colocamos um *link* à disposição, no qual mais de 1.500 alunos registraram as suas reclamações, as suas sugestões sobre transporte público.

Quero dizer que essa mobilização e essa luta, Deputado Fábio Félix, só fazem sentido porque existe o movimento da juventude estudantil organizada nesses *campi*. Aqui, quero saudar o Movimento Juntos; a própria UNE, a União Nacional de Estudantes, que está aí organizando, muito na luta, toda essa companheirada; o Afronte, que também está presente; o Levante Popular da Juventude, que também está mobilizado e está aqui também presente à Mesa, uma representação simbólica. Agradeço, porque a gente sabe que isso é fundamental.

O grande objetivo desta audiência é coletar informações do que a gente pode mudar. Uma coisa que é importante dizer para vocês é que o nosso papel legislativo, além de discutir os créditos – não é, Deputado Fábio Félix? –, é lutar por uma cidade na qual a gente não tenha mais que dizer o quanto custa, no bolso, o transporte público. A gente quer lutar por uma cidade que seja tarifa zero para ser rodada livremente, inclusive nas férias e nos fins de semana, porque a estudantada também tem que ter direito ao lazer, à cultura. Isso é parte fundamental da aprendizagem humana, do conhecimento humano. Às vezes, fica parecendo, na nossa cidade, que os estudantes são ursos que, quando chega o período de férias, hibernam em algum lugar, ficam um mês – sei lá – vivendo da luz do sol e, depois, retornam.

Agradeço muito a presença nesta audiência de dois promotores importantíssimos na causa, que são o Dr. Dênio e o Dr. Alexandre, do Ministério Público do Distrito Federal, que acompanham essa pauta, subsidiam muito a gente. O Dr. Dênio, com o BrCidades, tem feito um trabalho maravilhoso. O Dr. Alexandre, com todo o histórico de acompanhamento dessa pauta, também tem subsidiado muito a informação.

Quero trazer algumas conquistas – pontuais, mas conquistas para a gente.

Uma delas, graças à movimentação dos estudantes da UnB – Universidade de Brasília com um abaixo-assinado e à indicação, foi termos conseguido colocar paradas de ônibus na L4, na L3. Em toda a L4, sobretudo, em frente ao HVet – Hospital Veterinário. Foi uma demanda muito importante. A gente conseguiu estabelecer com a secretaria, Márcio, a troca e o horário do 110, que começou a passar por dentro, não dando mais aquela volta. O 339 voltou para a ampliação do horário ideal – o Professor Leo Ortergal trouxe para a gente que os estudantes perdiam 30% da aula dele, porque tinham que sair cedo.

Transporte também é segurança: quando a gente sai no horário e sabe que o ônibus vai chegar no horário e vai chegar a casa. A gente está debatendo, junto com o Deputado Fábio Félix. A gente também foi ao metrô para buscar entender como a gente pode melhorar o fluxo do sistema metroviário de Brasília.

O desafio é muito grande. O desafio é, de fato, gigante, mas só com movimentação e luta a gente vai conseguir mudar isso.

Daremos, inicialmente, cinco minutos por orador. É importante, porque a gente quer ouvir a estudantada.

Em primeiro lugar, passaremos a palavra à Reitora do Instituto Federal de Brasília, Luciana Massukado, para fazer suas considerações. (Palmas.)

SRA. LUCIANA MIYOKO MASSUKADO – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar, aqui, o Deputado Max Maciel e o Deputado Fábio Félix, já parabenizando-os por esta audiência pública.

Cumprimento, aqui ao meu lado, o Subsecretário de Transporte e Mobilidade Urbana, Sr. Márcio Antônio; o colega chefe de gabinete da Reitoria da Universidade de Brasília, representando a querida Reitora Márcia; o Lucas, representante do Cagedo do Instituto Federal de Brasília, *campus* Brasília, e, também, membro do Conselho Superior do Instituto Federal de Brasília; a Sofia; a Ana, representante do Movimento Passe Livre; e a Monna, também.

Ao cumprimentar vocês, quero cumprimentar, principalmente, os nossos estudantes, professores e técnicos que estão aqui presentes, que fizeram o esforço para estarem aqui. A aula, hoje, vai ser aqui, num debate, numa audiência pública, num debate para a cidadania, para a luta dos direitos.

A falta de um transporte público de qualidade, a falta de linhas de ônibus, a falta de uma regularidade, a falta de acessibilidade é um dos fatores de evasão, também, do Instituto Federal de Brasília. A gente sabe que a evasão é multifatorial, mas um dos fatores que contribui para a evasão é a questão do transporte público.

Nossos estudantes, cerca de 20 mil, a maioria deles é de renda familiar até 1,5 salário mínimo e, por isso, dependem muito de um transporte público. Alguns acordam às 4h30min, 5h da manhã para estar às 8h, às 7h30min no *campus* para irem para a sala de aula.

O mínimo que solicitamos aqui, com muito respeito, neste momento de diálogo, é que possamos trazer mais qualidade, mais regularidade, mais acessibilidade ao transporte público para que os nossos estudantes consigam acessar nossos *campi*.

Estamos em dez regiões administrativas do DF e nem sempre estamos localizados numa região central, que tem ônibus, que tem linhas diferentes de ônibus. Além de estarmos em regiões de alta vulnerabilidade socioeconômica, com exceção do *campus* Brasília, que é no Plano Piloto, os demais estão localizados onde precisamos chegar – onde a educação pública precisa chegar. E, para isso, a gente precisa ter um transporte que chegue lá também. A instalação de um *campus* do Instituto Federal de Brasília pode ter provocado que novas linhas fossem iniciadas, mas a gente precisa que mais linhas tenham regularidade.

Os nossos estudantes, Deputado Max Maciel, preencheram os formulários. Eles sabem de cor as linhas. Eu não tenho de cor as linhas, o senhor as tem e falou algumas. Eu não sei. O que eu sei é sobre a questão de mais linhas, talvez alguma adequação de horário, de passagem, de linhas.

Nós tivemos relatos...

O senhor foi a São Sebastião, e eu pude estar presente no *campus* Brasília, também. Parece que houve uma alteração, principalmente nas aulas noturnas, para terminarem mais cedo porque, para chegar a algumas regiões, o último ônibus passava, por exemplo, às 22h20min. A aula tinha que terminar às 22h para que o estudante conseguisse estar às 22h20min no ponto. Isso fez com que, em vez de termos quatro horários noturnos, tivéssemos que reduzir para três horários e ampliar os sábados letivos.

Outra questão que o senhor colocou também foi sobre o passe livre. A Ana está aqui, e nós temos vários estudantes que são usuários do passe livre. Defendemos o passe livre porque estudante é estudante 365 dias do ano. Como o senhor falou, ninguém é urso para ficar hibernando durante as férias ou no domingo.

Quando a gente fala do direito à cidade, a gente fala também de viver a cidade. O estudante tem um monte de atividades a serem feitas que nós professores demandamos de vocês. Parte dessas atividades dependem de um deslocamento para fazer o trabalho na casa de um colega, para fazer uma visita em alguma área pública, para realmente conhecer a cidade e as demandas que Brasília tem, as suas cidades e as regiões administrativas.

Então, a gente defende um passe livre que seja de 365 dias no ano, por quê? A gente tem um grande problema. Meus estudantes aqui, podem levantar a mão quem já teve problema com o passe livre por causa de calendário. O nosso calendário não é igual ao calendário da Secretaria de Educação, o nosso calendário não é igual ao calendário da Universidade de Brasília. Isso traz um transtorno gigantesco porque gera também um constrangimento para os nossos estudantes. Como ouvimos numa das falas em São Sebastião – um minuto, já estou encerrando –, parece que é um favor e o aluno se sente constrangido porque vai lá e não tem dinheiro. Então, 365 dias do ano, passe livre para todos!

Depois, num segundo momento, também devemos olhar com carinho para os nossos estudantes do Entorno. Hoje eles não são contemplados pelo passe livre, mas há essa necessidade porque o IFB atende muitos desses estudantes.

É isso o que eu queria falar em nome dos nossos estudantes.

Agradeço mais uma vez a presença de vocês. Hoje a aula é aqui, e espero que vocês se manifestem porque aqui é o local e o espaço de fala de vocês. Estamos com o subsecretário, com os Deputados, com os empresários e o Ministério Público. Aqui vocês têm fala e serão escutados.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Reitora. Quero registrar a presença do Diretor-Geral do *campus* Recanto das Emas, Germano Teixeira, e do Sr. Albano, Diretor da Piracicabana.

Quero agradecer pela mobilização do *campus* Ceilândia do IFB, terra onde eu moro. É muito importante. Conseguimos estabelecer um diálogo para a (Ininteligível!) energética daquele setor. Nós destinamos uma emenda para troca de lâmpadas desde aquela parte que fica muito escura até o metrô, lá em Ceilândia. É uma demanda pela qual a gente está lutando também.

Dando seguimento, vamos ouvir, por até cinco minutos, o chefe de gabinete da Reitoria da Universidade de Brasília, Professor Paulo Cesar Marques da Silva. (Palmas.)

SR. PAULO CESAR MARQUES DA SILVA – Bom dia a todas, a todos e ao Deputado Max Maciel. É um prazer enorme estar aqui nesta audiência vendo e constatando que, em tão poucos dias de mandato, muitas conquistas já foram alcançadas pela comissão que V.Exa. preside.

A gente tem acompanhado na Câmara a atuação do Deputado com uma preocupação muito grande com a questão da mobilidade, que nos é muito cara.

Deputado Félix Fábio, já está no segundo mandato e também tem uma história. Ele próprio já listou aqui a história de compromisso com essa agenda, com essa pauta. Não é à toa que está na mesma comissão também e está aqui copatrocinando, promovendo esta audiência pública.

Subsecretário Márcio Antônio, como vai?

Querida Reitora Luciana, sinto muito prazer em estar aqui dividindo esta Mesa com a senhora.

Saúdo a Sofia, a Ana, a Monna, o Lucas, e todas as entidades e coletivos estudantis aqui, que ajudaram a construir esta audiência a partir das provocações e dos debates que foram travados com essa agenda. As lideranças estudantis construíram esta audiência, mobilizaram-se. Acho que este é um momento muito importante para fazer reflexão.

Não tenho nem muito mais o que falar depois de ouvir o Deputado Max Maciel, o Deputado Fábio Félix e a Luciana problematizando a questão, trazendo as demandas que existem das nossas comunidades. Eu não tenho muito o que falar aqui, e não é muito o nosso papel também. Acho que nós estamos aqui mais para ouvir – é esse o papel da audiência – do que para falar.

Acho importantíssimo e penso que seria interessante que estivesse aqui também o Ministério Público, que faz o duplo papel de ouvir e de absorver essas demandas e de transformá-las em ações. Temos uma experiência muito positiva na Rede Urbanidade, dentro do Ministério Público, que discute essas ações relacionadas à mobilidade com essas preocupações que de certa forma já foram colocadas aqui.

É bom a gente constatar que as demandas dos estudantes da Universidade de Brasília e do IFB, sendo atendidas, vão atender demandas de todos os estudantes e de toda a sociedade do Distrito Federal e do Entorno. Nas questões relacionadas ao transporte, quando ele é visto como um serviço que compramos – não somos usuários, somos beneficiários, e, por isso, a gente tem que pagar por esse serviço –, isso traz uma inversão de lógica. O transporte deixa de ser um fator para garantir o direito à cidade – isso que o Deputado Fábio Félix falou – para ser uma barreira. O sistema de transporte, como ele se constitui hoje, é uma barreira ao exercício da cidadania. É uma barreira à venda da força de trabalho. É uma barreira ao acesso à cultura. É uma barreira ao acesso à educação. É uma barreira ao acesso à saúde. É assim que o sistema está funcionando. Nós precisamos repensar o sistema de transporte como um todo, para que ele de fato exerça o seu papel constitucional.

A Constituição de 1988, desde 2013, assegura, como direito social, o direito ao transporte urbano. Isso significa que a gente precisa garantir políticas públicas, para que esse direito efetivamente se materialize na vida das pessoas e deixe de ser apenas um dispositivo constitucional – o que não é pouco. Acho que esse é um momento de reflexão.

Eu não vou ficar repetindo as pautas específicas – porque, como eu falei, temos mais que ouvir –, mas a questão de estender os horários de atendimento e o número de linhas, para garantir que todos os estudantes tenham acesso a todas as atividades em qualquer época, dentro dos *campi* e fora dos *campi*... Frequentar bibliotecas, teatro, cinema, é parte da formação do estudante, e isso não pode ficar condicionado apenas aos dias de aula e aos roteiros que utilizamos para assistir à aula. Essa lógica está errada. Precisamos entender que o passe livre estudantil é ligado à condição de estudante. Não é para ir assistir à aula e voltar para casa, não. A condição de estudante é que leva a esse direito. Temos que fazer uma reformulação da legislação para garantir, sim, que o passe livre estudantil seja uma condição que garanta a plena formação dos nossos estudantes em qualquer etapa da formação.

Essas agendas, essas pautas específicas que certamente vamos discutir aqui, servem – e muito – para potencializar essa garantia do transporte como um direito, como serviço que garanta outros direitos: o direito à cidade, o direito à livre, completa e integral cidadania. Era isso que eu queria pontuar, mas acho que o nosso papel aqui é muito mais ouvir do que falar.

Muito obrigado e bom trabalho para todos nós. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Professor Paulo Cesar. Eu quero dizer que há dois ex-alunos da Universidade de Brasília aqui – ouviu, meu caro? Essa instituição nos orgulha muito.

Queria dizer que encerramos as inscrições. Chegou um volume de mais de trinta, mas vamos passar agora também um papel para que vocês possam fazer as considerações escritas e para que, posteriormente, possamos respondê-las.

Quero passar a palavra, por até cinco minutos, à representante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, Sra. Monna Rodrigues. (Palmas.)

SRA. MONNA RODRIGUES – Oi, gente. Bom dia. Eu queria cumprimentar a Mesa, a Comissão de Transportes.

Eu acho fundamental o que a gente está debatendo aqui. Eu sou a Monna, sou Coordenadora-Geral do DCE – Diretório Central dos Estudantes da UnB. Eu também dirijo o Centro Acadêmico de História e sou militante do coletivo Juntos, a juventude que está na rua pela campanha do passe livre.

Estamos com um abaixo-assinado pelo passe livre, para que ele não seja restrito só ao período letivo e para que seja para toda a população. Estamos fazendo brigada na Rodoviária, no metrô por essa pauta. Estaremos também com o nosso abaixo-assinado na saída para vocês assinarem.

Eu acho que é fundamental o que estamos debatendo aqui, principalmente pensando em UnB e IFB, porque não queremos só entrar na universidade, não queremos entrar em instituto federal, queremos permanecer, queremos ter condições de poder estudar. O que são essas condições? É poder chegar até a universidade, não ter que passar horas no transporte público.

Eu moro no Itapuí e passo quatro horas do meu dia no transporte público para poder chegar à universidade. Isso prejudica o nosso rendimento acadêmico. Nós sabemos que quem depende de transporte público é a primeira geração da família que está na universidade, são aqueles de baixa renda, aqueles que mais precisam se manter dentro da universidade. Se não pensamos em um transporte que faça sentido para essas pessoas, não estamos pensando numa universidade que faça sentido, porque são várias coisas que atravessam a permanência. Por isso, batemos tanto na tecla do passe livre a todo momento, um passe livre que não seja só no período letivo, porque também precisamos ter direito à cidade, direito ao lazer, direito de poder fazer uma pesquisa numa biblioteca. Existe uma cidade como Brasília que é tão segregada. A periferia não existe para o Plano, o Entorno não existe para o Plano, quando a gente fala de transporte. Por isso, o passe livre para o Entorno também é uma pauta muito fundamental.

Falando um pouco de UnB, temos algumas pautas que são muito particulares da UnB. Como ela é uma universidade gigante, que tem seus *campi* avançados, mas tem também seu *campus* principal: o Darcy Ribeiro. Precisamos pensar o transporte especialmente para ela. Entre nossas demandas hoje está o aumento da frota de 110 e de 102 e também que haja mais frotas diretas das RAs – Regiões Administrativas para a UnB, porque isso acaba sobrecarregando o 110 para o *Campus* Darcy Ribeiro. Há várias pautas que atravessam essa, porque, quando a gente tem ônibus direto, a gente consegue garantir mais segurança de que a gente não vai precisar passar pela rodoviária, principalmente para a juventude trabalhadora que estuda de noite; a gente consegue garantir mais praticidade e a gente consegue garantir uma qualidade para os estudantes.

Outra pauta fundamental para a UnB é a volta do intercâmbio. A gente tinha o intercâmbio que ia para os *campi* avançados, para o Darcy Ribeiro, que é o que concretiza o projeto de Darcy Ribeiro para a UnB: uma universidade que seja integrada entre todos os cursos. Ali, a gente tem os *campi* que são mais setorializados em certos cursos. E, além dessa função de ligar os *campi*, também tinham uma função de poder garantir que os estudantes que são da Ceilândia, de Planaltina, do Gama dos *campi* avançados possam ter acesso ao Darcy Ribeiro e possam utilizar aquele intercâmbio para chegar ao plano, o que é fundamental e que adiantaria muito a vida de muitos nós. Então, essa reivindicação do intercâmbio não é menor.

São várias pautas que a gente tem que avançar. O transporte público do DF está longe de ser o melhor. Como o estudo do próprio Deputado Fábio Félix mostra, a gente poderia ter um passe livre com parte do que há no orçamento hoje. A gente poderia ter um transporte de qualidade com parte do orçamento que a gente tem hoje. Por que a gente não tem? Por que o transporte não é prioridade para se pensar? Por que o transporte para os estudantes, para os estudantes periféricos não é prioridade de se pensar? É isso que estamos questionando aqui hoje. É isso que queremos que avance e vai avançar também com mobilização dos estudantes. O que precisar fazer, a gente fará para isso acontecer.

Esta audiência pública é um pouco do resultado disso. Acho muito importante a mobilização que há aqui hoje, com o IFB em peso – sempre está em peso nas mobilizações – e a UnB também. Que a gente avance nas pautas do transporte, porque o transporte é transversal para a gente pensar a permanência da classe trabalhadora nas universidades, transversal para a gente pensar a permanência da periferia dentro da universidade.

Então, vamos para cima. Passe livre para a geral já! Quero a volta dos intercâmbios e um transporte de qualidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Monna.

Dando seguimento, concedo a palavra à representante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, Sofia Cartaxo.

SRA. SOFIA CARTAXO – Bom dia, gente.

Em primeiro lugar, vou me apresentar. Meu nome é Sofia Cartaxo. Sou uma das coordenadoras gerais do DCE da UnB. Sou militante do Levante Popular da Juventude, uma juventude que está presente nos territórios. Inclusive, vem de muito tempo o nosso trabalho com o Deputado Max Maciel na Ceilândia, com o Jovem de Expressão. Por isso, é muito importante que a gente tenha um dos nossos no poder, para que a juventude periférica possa ocupar os espaços de poder, espaços como este. Olhem a importância que é a gente ter um auditório desse cheio da nossa juventude aqui na CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal. A gente quer todos os auditórios assim, dentro das universidades, dentro dos IFBs, estejam ocupados pelo nosso povo.

Por isso, é muito importante, quando a gente pensa no acesso à universidade, a gente pensar também na permanência, porque permanência também é mobilidade. Quando acessamos uma universidade, o ensino superior e o ensino técnico, eles nos cobram um acúmulo e um aprendizado que vêm de fora das salas de aula, nos cobram uma cultura que dizem ser mais elitizada, nos cobram acesso a museus, acesso a bibliotecas. Então, têm de nos dar meios para acessá-las! Se querem que construamos uma universidade de verdade para, além de chegarmos na hora da aula, ainda atrasados, e tentarmos chegar em casa antes de dormirmos os nossos filhos, os nossos irmãos, os nossos pais para podermos estar nos nossos territórios como jovens que criam e consomem a cultura desses territórios, precisamos poder acessar esses lugares e ter direito às nossas universidades, aos nossos IFs e às nossas casas. Que a gente tenha acesso a uma cultura e a um aprendizado dos quais a gente não seja somente consumidor, mas também formador.

Para isso, a gente precisa de mobilidade, de passe livre e de ônibus intercâmbio, para que a gente possa chegar à UnB. Que não esteja somente (Ininteligível.) que a gente tem de voltar para casa a tempo. Que a gente possa estar nos espaços de poder, nos conselhos, no movimento estudantil, nos coletivos culturais, na Batalha da Escada, em todas essas áreas. A nossa juventude tem direito e poder para fazer a transformação nesses lugares.

Por isso, é muito importante a gente se colocar aqui para construir. Que sejamos ativos nas mudanças, dentro dos nossos territórios e nas nossas escolas. Que a gente esteja preparado para fazer, de fato, a revolução. A gente sabe que a juventude tem esse poder. A gente sabe que a juventude está aqui para construir algo para muito além do que tem agora.

Por isso, é muito importante que coloquemos um dos nossos no poder para disputarmos também na área burocrática. Que disputemos nas ruas, dentro das instituições e das salas de aula, porque tudo isso nos pertence. É a nossa classe, o nosso povo, a nossa cultura. A gente tem que estar nos espaços.

É muito importante que a gente esteja aqui hoje e possa ser ouvido. Que a gente possa escutar e construir junto. A gente precisa ter acesso, passe estudantil, ônibus intercampi e segurança para ir para a parada ou para um HH – happy hour. A gente tem que saber que vai conseguir chegar em casa depois, sem medo de ser assaltada ou assediada.

Isso precisa ser debatido e levado às vias de fato. O que a gente tem vivido e o que a gente quer viver? Que a gente pense para além de agora, pare de apagar incêndio e comece a construir, de fato, um projeto que seja aquilo com que a gente sempre sonhou e em que sempre pensou. Que o nosso povo ocupe os espaços, de fato, com qualidade. Que a gente possa ocupá-los do jeito que a gente sempre sonhou e quer construir.

Esse espaço é nosso. A Câmara Legislativa do Distrito Federal é do povo. A UnB é do povo. O IFB é do povo. Que possamos construir agora com mobilidade, acesso, cultura e permanência, porque esses espaços nos pertencem. A gente vai construir muito mais daqui para frente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Sofia.

Queremos, obviamente, agradecer a toda equipe da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, ao Gabinete nº 24 e ao Gabinete Aba Reta. A gente sabe que, para fazer este evento, foram meses. Então, quero muito estender o agradecimento a todas as equipes que estão juntas aqui trabalhando.

Dando seguimento à nossa audiência pública, passo a palavra ao Vice-Presidente do Centro Acadêmico de Gestão Pública do Instituto Federal de Brasília, *campus* Brasília, Lucas Carvalho. (Palmas.)

SR. LUCAS CARVALHO – Primeiramente, galera, salve para todo mundo do Instituto Federal que veio a esta audiência pública.

Quero agradecer à reitora por sua fala, que me contempla muito. Acho que é isso. Quero agradecer a todos os *campi* que estão aqui: Ceilândia, Riacho Fundo, Recanto das Emas e Brasília.

Agradeço ao Presidente do Centro Acadêmico de Gestão Pública, um gigante também.

Quero agradecer à Diretora Geral Patrícia por ajudar na mobilidade.

Agradeço, principalmente, ao *campus* que hoje acho que passa pela maior barra, que é o *campus* Planaltina. Foi nesse *campus* que comecei no Instituto Federal. Para mim, ele é história. (Palmas.)

Até faço um pequeno relato. Quando comecei no Instituto Federal em Planaltina, eu morava na M Norte. Na M Norte, eu pegava um ônibus que demorava, em média, três horas para chegar à parada. Se o trânsito estivesse daquele jeito, eu chegava atrasado e tinha que pegar o ônibus que parava na BR.

Galera, andavam naquela BR vários estudantes. Andavam e ainda andam vários estudantes, que passam por lá, não conseguem pegar o ônibus e têm que andar de dez a quinze quilômetros para chegarem ao *campus*.

A primeira coisa que eu percebi quando fui fazer a matrícula no Instituto Federal foram duas estudantes secundaristas andando numa BR. Fiquei pensando na vulnerabilidade social daquilo. Não dá para a gente ver isso com os olhos normais. Cheguei lá e fiquei espantado. Na primeira vez que vi, pensei assim: isso não é normal, isso não é normal.

Com isso, estudei no *campus* Planaltina, vi a realidade de lá e vi uma realidade que, para mim, é polarizada no seguinte fato: é muita luta para chegar, mas há muita gente boa lá, há muito estudante bom. Há estudantes que pensam em agroecologia como solução e soberania para o mundo. Isso até me emociona, galera. Desculpem-me. (Palmas.)

Chegar aqui hoje é uma luta para o estudante. A luta começa quando a gente se reúne, se organiza e constrói. Falo isso todos os dias porque o Cagpe do Instituto Federal de Brasília, para mim, foi isso, junto com o Deputado Max Maciel e o Deputado Fábio Félix, Deputados que sempre estiveram com o povo, com a juventude, que foram do movimento estudantil, sabem o que passamos e sabem qual é a nossa história. Eles entendem que a aula começa antes de o estudante chegar à escola. A gente está lá antes, naquele processo de pegar o ônibus, de chegar à rodoviária, de demorar horas em uma fila de ônibus. A gente chega atrasado e tem que contar com professores de qualidade, professores que entendem a realidade social.

Tenho que falar uma coisa para vocês: os professores do Instituto Federal são isso. Eles entendem essa realidade. Não é à toa que a chegamos atrasados muitas vezes, e o professor abona nossa falta, nos libera mais cedo. Isso é importante. Só que, para mim, há um problema muito sério que é a defasagem na educação. Com a defasagem perdemos aquele critério do que podemos ganhar a mais de conteúdo e que pode mudar a nossa vida. É uma aula dessa que a gente perde por causa do transporte público. É uma aula dessa que a gente perde mais do que a gente espera.

Para isso, quero que hoje seja o momento de uma construção coletiva, uma construção que vem dos estudantes para os estudantes porque não adianta ser uma coisa que não passe por nós.

Além disso, quero falar também das questões que vão além, porque, recentemente, houve assaltos fora do Instituto Federal. Isso acontece por causa dessa vulnerabilidade. A gente precisa de uma política de segurança pública, uma política de iluminação pública, uma política de ônibus que chegue na hora, porque não adianta a gente ficar na parada com iluminação se a gente vai ser assaltado do mesmo jeito. Não adianta a gente ficar na parada de ônibus, haver o policiamento por uma hora, mas depois que a polícia passa, e aí? Não existe segurança. É isso que estou falando.

Nós do Centro Acadêmico de Gestão Pública tivemos que protocolar à Secretaria de Segurança. E não foi uma vez, foram várias. Só que toda vez a gente tem que fazer uma coisa que é imediatista para resolver um problema que já aconteceu, não dá solução. A gente tem que ir à epistemologia disso, a gente tem que ir ao problema, ao fato. E o fato é a falta do transporte público, é a falta e a ausência de um transporte público que converse com os estudantes. Hoje, no *campus*, a gente está querendo lutar por mais linhas de ônibus, por linhas que sejam diretas.

Hoje, por exemplo, os estudantes de Brasília querem a linha direta para Sobradinho e Planaltina, que não passam no horário. Eles têm que gastar o passe estudantil para isso. Pergunto: nós temos quantos acessos? Alguns têm quatro. Temos que gastar isso e depois gastar com a passagem. Há uma defasagem no bolso do estudante. A realidade do estudante é esta: a gente quer mais linha direta do Instituto Federal. Queremos que o transporte público escute o estudante e entenda as dificuldades em cada um dos dez *campi*.

Então, é isso, galera.

Obrigado. Essa é minha fala. Estamos juntos. É nós. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Lucas.

Quero dizer a todos os presentes que nós da comissão estamos solicitando formalmente dos IFs – Institutos Federais os dados das linhas, os horários e de onde são a maioria dos estudantes – não é porque estão em Planaltina que todos moram em Planaltina, eles moram em outras cidades – para podermos subsidiar um relatório e apresentá-lo à secretaria e às empresas para que possamos, de fato, propor os melhores caminhos que sejam rotas e horários eficientes para que os estudantes consigam tanto acessar os *campi* quanto retornar para casa.

Gostaria de registrar a presença do Acácio, que está nos representando na Câmara dos Deputados junto com o Deputado Federal Prof. Reginaldo Veras. Obrigado por você estar aqui, meu caro.

Quero registrar a mensagem do Deputado Eduardo Pedrosa, que é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós temos que despachar com S.Exa. para colocar mais crédito e obter um passe livre de fato, uma tarifa zero para todo mundo.

A mensagem é a seguinte:

“Parabenizo a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana pela iniciativa do debate, com a participação popular, que contribuirá com o desenvolvimento de políticas e ações para o aperfeiçoamento das condições do transporte público que atende a Universidade de Brasília e o Instituto Federal de Brasília.

Desejo a todos um excelente evento e me coloco à disposição para colaborar e atuar nas propostas que promovam melhoria para a qualidade de vida da nossa comunidade.”

Eu agradeço a mensagem.

Antes de passar para a próxima fala, eu queria aqui quebrar um pouquinho do protocolo e pedir ao Dr. Dênio e ao Dr. Alexandre que dessem uma saudação para a plenária, para a gente, sobre a importância do Ministério Público, do trabalho que vocês têm desenvolvido junto com a gente. Obrigado.

SR. DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA – Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui.

Eu gostaria de parabenizar os nobres Deputados pela iniciativa. A gente precisa de mais audiências públicas como esta.

Eu estou tendo a felicidade de coordenar um movimento chamado Rede Urbanidade, e o Ministério Público é só um dos parceiros nesse trabalho. Eu falei com a professora, hoje, sobre o nosso interesse de ter o IFB lá, não só a parte dos professores, mas também a parte dos alunos, para que possamos discutir, de fato, a mobilidade urbana no Distrito Federal.

Os senhores sabem que a Política Nacional de Mobilidade Urbana garante essa participação em todas as etapas, desde a elaboração, a implementação e a fiscalização da mobilidade urbana. Então, todas essas questões que estão sendo colocadas aqui devem ser discutidas pela população do Distrito Federal. O Ministério Público quer fazer parte desse movimento. Nós temos algumas prerrogativas, mas dependemos sobretudo da população, da sociedade, para que essas conquistas sejam alcançadas.

Eu não posso deixar de aproveitar a oportunidade para fazer um convite. No dia 20 de abril, às 10h, no auditório do DER – Departamento de Estradas de Rodagem haverá uma audiência pública que é resultado de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, em parceria com a Rede Urbanidade, para a instalação de um bicicletário e a interligação das ciclovias na Rodoviária do Plano Piloto. É lógico que essa foi uma primeira ação. Se tivermos sucesso – e eu espero que tenhamos –, a ideia é fazer isso em todos os outros terminais do Distrito Federal.

Problemas não faltam, e os senhores sabem disso melhor do que eu. Lá na rede também nós temos a participação de pessoas com deficiência. Então, a gente quer levar essa questão da acessibilidade às últimas instâncias porque, se a gente garante acessibilidade para as pessoas com deficiência, a gente está garantindo transporte e mobilidade para todo mundo.

É importante que todos os senhores participem dessa audiência pública.

O GDF – Governo do Distrito Federal está apresentando um modelo de bicicletário. Quando falamos de bicicletário aqui, não é paraciclo, está bem? É bicicletário mesmo, com vigilância, com um número suficiente de vagas. Além disso, a gente tem que lembrar que a base da mobilidade urbana é a integração entre os modais. A pessoa tem que ter direito de fazer uma parte do seu trajeto de bicicleta ou a pé, de pegar um ônibus e, eventualmente, colocar a sua bicicleta acoplada ao ônibus, como acontece em diversos países, como já acontece aqui no metrô e eventualmente deixar sua bicicleta ali no bicicletário para fazer as suas atividades. Lembrando que na Rodoviária de Brasília também existem diversos trabalhadores que não são só pessoas que estão passando ali por serem usuários de transporte, mas também trabalhadores que vão para ali e poderiam deixar sua bicicleta em segurança.

No mais é isso, eu queria desejar muito sucesso para vocês. A gente pode também abrir um diálogo para que esses movimentos que estão aqui também façam parte da Rede Urbanidade. É um trabalho que o Ministério Público está aprendendo a fazer, porque não temos condições de fazer ao mesmo tempo as nossas atividades do dia a dia, as ações, os processos e tal. Por isso a rede tem crescido de uma forma cuidadosa justamente para que a gente possa realmente ter resultados, mas seria muito importante a gente ter representações de cada movimento desse lá na rede para que a gente possa avançar nas conquistas.

Muito obrigado e parabéns por essa iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Dr. Dênio.

Doutor Alexandre.

SR. ALEXANDRE SALES DE PAULA E SOUZA – Eu queria agradecer imensamente esse convite do Deputado Max Maciel. Agradecer ao Deputado Fábio Félix, à Adriana, também, que nos convidaram aqui para participar e dizer que esse é o foro adequado para a discussão desse tema tão importante.

Falou-se muito aqui da deficiência da qualidade do transporte público. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público em 2020 realizou uma pesquisa profunda, juntamente com o Instituto de Fiscalização e Controle – IFC, um projeto chamado Como Anda meu Ônibus, e eu acho que alguns aqui devem ter participado, devem ter ouvido falar, pelo menos. O resultado dessa pesquisa foi compartilhado com a Secretaria de Mobilidade e demonstrou com dados as deficiências que o transporte público apresenta naquilo que é preciso melhorar, naquilo que precisa ser aperfeiçoado na prestação desse serviço tão importante.

Esse relatório foi disponibilizado. A gente pode passar depois, também, para a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana. É um diagnóstico muito importante sobre a qualidade do transporte público no Distrito Federal.

Com relação a este evento aqui, a esta audiência pública, é o foro adequado para discussão com relação à gratuidade do transporte. O passe livre estudantil é uma conquista desde 2010. A Lei 4.462 que autorizou o passe livre estudantil dever ser, obviamente, debatida aqui também, porque a Câmara Legislativa é que tem essa prerrogativa de criar os subsídios, estabelecer os subsídios e fazer as modificações. Então, as modificações que hoje vão ser discutidas aí vão passar por uma mudança legislativa da Lei 4.462.

Por incrível que pareça – só fazendo um parêntese aqui, Deputado Max Maciel – há subsídios no Distrito Federal que foram criados, que foram estabelecidos sem a participação da Câmara Legislativa. Eu menciono aqui a complementação tarifária, que é um subsídio milionário que é feito sem autorização da Câmara. Não foi criado pela Câmara e é discutido pelo Ministério Público em ação judicial. Doutor Márcio sabe bem disso, não é? Estamos discutindo isso judicialmente. Então, esse é o foro adequado.

Saúdo, mais uma vez, a iniciativa do Deputado Max Maciel e do Deputado Fábio Félix de trazer essa discussão para a Câmara Legislativa e trazer a comunidade para debater esse assunto.

Desejo muito proveito nesta discussão e digo que o Ministério Público está sempre à disposição para aperfeiçoar esse debate, para contribuir naquilo que for nosso papel.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Dr. Alexandre.

A gente fez um apanhado geral com as inscrições que foram feitas, e queria convidar o Caio, da nossa equipe, para fazer uma apresentação bem rapidinha – eu sei que é grande – do apanhado geral das inscrições.

A comissão elaborou essa cartilha – que foi distribuída na entrada – que tem as informações básicas para vocês ajudarem também na fiscalização do transporte, no elogio, nas sugestões, nas reclamações; há todas as informações aqui sobre tirar a segunda via de cartões, sobre o seu horário do ônibus, se não passou, quais são os aplicativos que você busca saber as rotas necessárias, isso ajuda a gente também a melhorar o trabalho.

Peço a todos que preencham os dois formulários, um da UnB e um específico do IFB, certo?

Concedo a palavra ao Caio Henrique.

SR. CAIO HENRIQUE – Obrigado, Deputado Max Maciel; obrigado pessoal da Mesa.

Bom dia a todos, eu sou o Caio, trabalho aqui e sou assessor do Deputado Max Maciel. Desde que a gente chegou, uma das primeiras coisas que a gente fez aqui na Câmara Legislativa, por volta do dia 12, 13 de janeiro, foi soltar dois formulários: um sobre a UnB e um sobre o IFB, a respeito da questão de transporte.

Todo mundo que conhece o Deputado Max Maciel ou está conhecendo o Max sabe que essa é uma das nossas pautas prioritárias, porque casa exatamente com tudo que foi elencado aqui – segurança, saúde, educação, está tudo ali no arcabouço do bom funcionamento do transporte público. O que a gente vê a partir desses levantamentos é que o transporte público na verdade não tem um bom funcionamento, o que propicia todas essas situações de insegurança, de atraso, inclusive de assédio por parte de patrão, de professores, para quem acaba chegando atrasado por algum inconveniente do transporte público.

Então, o primeiro formulário que a gente soltou foi o da UnB, que obteve mais de 729 respostas. Na verdade, quando fiz a sistematização na semana passada – e a gente deixou aberto ainda, depois de tudo –, tínhamos por volta de 729 respostas, sendo que a maioria delas foram do *Campus Darcy Ribeiro*, seguido do *campus* da FCE – Faculdade UnB Ceilândia e do *campus* da FUP – Faculdade UnB Planaltina; na maioria foram estudantes que responderam.

Aqui é uma separação pelos cursos, mas como a gente está com o tempo meio curtinho, eu vou mostrando de forma bem rápida.

A maior parte dos estudantes que responderam são da Ceilândia, de Taguatinga e de Samambaia, dessa região mais do lado sul. O Entorno também respondeu bastante, Santa Maria, Guarã, Planaltina. Pessoas com deficiência também, uma minoria de pessoas com deficiência respondeu. É muito interessante aqui que todas as pessoas com deficiência que responderam passaram já por algum constrangimento também dentro das situações de transporte – seja o ônibus que passando, e o elevador não está funcionando; seja o motorista não parar; além de situações também, dentro do próprio ônibus, de preconceito e de assédio.

Está bem dividida a quantidade de pessoas que usam e que não usam o metrô. E isto aqui é bem interessante: se tem linha de ônibus na UnB para a região onde mora, considerando também qual é a linha que passa ali, de onde as pessoas são. A gente vê que uma das coisas muito bem trazidas aqui à Mesa foi que a grande reivindicação de muitos estudantes é que se tenha de fato linhas diretas de suas casas para as universidades, porque há estudante aqui que... Ceilândia, por exemplo, nossa cidade: há linha direta de ônibus de Ceilândia para a UnB e até atende os estudantes do IFB em alguma medida. Mas há região da Ceilândia em que esse ônibus não passa. Você precisa pegar dois, três ônibus de vez em quando, dependendo de onde você está, para conseguir chegar à universidade. Isso tira completamente a qualidade de ensino, de estudo, de tempo que você teria para isso.

Os estudantes usam passe livre? A sua grande maioria usa. Mas, quando a gente faz o levantamento das perguntas: é suficiente a quantidade de passe livre? Muitas vezes a quantidade de passe livre não é suficiente para atender à demanda dos estudantes. No último período, houve uma facilitação para aumentar a quantidade de acessos, mas ainda assim nem todos os estudantes que precisam dos acessos são contemplados, pois há estudantes que precisam de mais do que seis ou oito acessos para fazer todo o seu trajeto, todos os dias da semana.

Os horários mais utilizados são os da manhã. Na ida, são os horários das 6h, 7h; há também aluno que vai por volta das 17h, 18h, que são mais os alunos do noturno; e os horários de volta, concentrados entre 17h e 18h e 21h e 23h, que são mais ou menos os horários da volta dos estudantes do diurno e do noturno.

Distância a pé para a parada de ônibus. *Também há muita gente com a distância de cinco a dez minutos. Mas há dados aqui que chamam muito a nossa atenção, que são de estudantes que gastam mais de vinte minutos para chegar à parada de ônibus, saindo de suas casas. Então, imagine, você já gasta uma hora e meia dentro do ônibus, mas, para chegar nesse ônibus, você ainda tem que gastar vinte, trinta, quarenta minutos além do tempo dentro do ônibus. Observamos essa situação principalmente nas respostas que vieram de Planaltina.*

Eu vou passar bem rápido esses dados e vou falar dos problemas que apareceram. Em mais três minutos eu termino, viu, Deputado Max Maciel?

No IFB houve um total de 314 respostas, de uma forma muito parecida com as da UnB. Só que a grande questão é que o IFB tem dez campi diferentes. Então, aqui começam a aparecer muito mais questões relacionadas a essa dificuldade de transporte direto para a universidade ou para a escola, porque o IFB tem a característica tanto de ter nível médio como nível superior.

Aqui há a lista dos cursos que responderam. As RAs em que residem também são muito parecidas, Ceilândia, Planaltina, Entorno, Recanto. No IFB é mais interessante ainda salientar isso, porque a maioria dos estudantes que residem em Ceilândia não estudam em Ceilândia; em Planaltina, não estudam em Planaltina, e por aí vai. A maioria fica espalhada em diversos campi, porque também há uma questão específica dos cursos que fazem.

Quanto à questão das pessoas com deficiência, as reclamações que aparecem são no mesmo sentido.

O uso do metrô é ainda menor aqui, porque também acaba havendo a característica de mais campi e menos acesso ao metrô, porque o nosso metrô é uma linha reta, que atende poucos lugares.

Citei linha direta de ônibus. Aqui há um número maior de "sim", porque isso também ocorre na medida em que há mais localidades.

Passe livre e tudo...

Eu queria voltar e falar um pouco dos problemas que chegaram à gente, de forma bem rápida. Algumas questões específicas, principalmente que dizem respeito aos estudantes do noturno. Muitos estudantes do noturno, como o Professor Leonardo já colocou, não conseguem assistir à aula até o final das suas grades horárias, porque os ônibus simplesmente não acompanham toda a grade horária do estudante. Não há a compreensão de que há aula até 22h40min, e os ônibus param de passar 22h10min, 22h15min, 22h20min – isso os ônibus da UnB. Ainda existe a dificuldade de o aluno conseguir pegar um 110, um 110.2, por exemplo, para chegar à rodoviária, tendo que muitas vezes subir até a L2 para conseguir pegar um ônibus que passe por lá.

Esses são boa parte dos relatos que a gente recebe de reclamação do período noturno da Universidade de Brasília, mas a gente recebe algumas reclamações específicas também.

Sobre as linhas do Gama que vêm, por exemplo, para a universidade, a gente recebeu, inclusive, em conjunto com o formulário, um abaixo-assinado pedindo a ampliação da linha, porque essa linha, além de cobrir a universidade, cobre também trabalhadores. Então, as linhas são completamente superlotadas e existe a dificuldade de acesso, de se chegar com qualidade ao seu ambiente de trabalho.

A linha 339, como o Deputado Max Maciel falou, tem também horário reduzido à noite. Pela manhã os ônibus estão superlotados independentemente da cidade de onde foram feitas as reclamações.

Para finalizar mesmo, o maior número de reclamações que veio para gente foi sobre o estado dos ônibus, a condição de funcionamento dos ônibus. Recentemente, muito ônibus estão quebrando, parando de funcionar no meio do trajeto sem conseguir levar os estudantes e os trabalhadores.

A gente também não pode se esquecer disto: os ônibus são utilizados tanto pelos estudantes quanto pelos funcionários das universidades e do IFB. Eles são necessários para manter o funcionamento destes, porque sem os funcionários, sem, principalmente, os terceirizados que utilizam esses ônibus e sem os estudantes, a gente estaria longe de ter uma universidade que funcionasse. As universidades fechariam as portas se não tivessem a gente e, claro, os professores também.

Isso é um pouco do que eu queria trazer aqui hoje. Sei que o tempo é curto, se fosse apresentar tudo que chegou para a gente, seria inviável. Desculpe.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Caio. Obviamente que a gente vai anexar isso num relatório final e disponibilizar. É uma amostragem, não é *latu sensu*, mas são dados para começarmos a ter um caminho que nós devemos seguir para dar respostas à problemática.

Eu combinei com o subsecretário que ele vai ser o último a falar para a gente permitir que todo mundo fale, porque quase sempre cai sobre a pasta e até para ele poder trazer o que está sendo pensado. Coloco-me à disposição, e desde já agradeço, subsecretário.

Concedo a palavra ao Movimento Passe Livre, aqui representado por Ana Vaz.

SRA. ANA VAZ – Oi gente, primeiro eu quero começar agradecendo na pessoa principalmente do Max e do Fábio. É muito raro a gente ver uma demanda, uma pauta em que a gente tem uma participação popular tão grande. Então, parabéns isso.

Coloco também que é importante que a gente mantenha esse espaço não só para que a gente seja escutado, não só para que a gente coloque as nossas demandas, mas também para que a gente tenha um poder de gerir o transporte, um poder deliberativo de falar por onde a linha tem que passar, qual o horário. Porque se há alguém que entende de transporte é quem anda nele, e não o especialista que está ali na sala do GDF decidindo a hora e o itinerário que não funciona. (Palmas.) Obrigada.

Então, fomos convidados para fazer uma fala panorâmica, contextualizando um pouco a nossa análise sobre os problemas do transporte. Apesar de a gente estar falando aqui de uma audiência voltada para estudantes da UnB e do IFB, a gente tem que lembrar que os problemas hoje do transporte não atingem só a gente.

A gente tem uma série de secundaristas, de universitários de outras faculdades, a gente tem também o pessoal do ensino técnico, o pessoal do ensino primário. Todo mundo está utilizando o transporte. São pessoas, sujeitas e sujeitos, que estão aí com a gente e fazem parte dessa luta. Todo processo de conquista do passe livre, todo processo de debate de tarifa zero é feito em conjunto, é feito por quem anda nele. A nossa fala é no sentido de pensarmos isso de forma mais ampla e geral.

A nossa fala vai ser mais técnica, vamos trazer três elementos. Primeiro, vamos abordar a realidade do transporte dos estudantes; depois vamos fazer um diagnóstico desses problemas e ver de que forma isso se vincula à lógica do transporte, que é uma lógica completamente capitalista, porque o transporte não é visto como direito de forma nenhuma; e vamos pensar soluções que temos demandado nos quase vinte anos de passe livre e de organização com outras comunidades e movimentos sociais.

Atualmente, nós usuários do passe livre estudantil somos mais de 227 mil estudantes. É muita gente, muita gente com cartão ativo e muita gente andando pela cidade. Não é segredo nenhum que – se você olhar dentro do ônibus, se você olhar para o lado – não é gente rica que está andando no ônibus – até porque ele é muito ruim, andamos só porque somos obrigados. Estamos falando de estudantes pobres, de pessoas com renda mais baixa, de moradores de periferia, de uma maioria de pessoas negras.

Isso demonstra não só que temos um transporte segregado, mas, ao mesmo tempo, não temos – para além dessa observação que fazemos quando estamos ali, no ônibus – dados do GDF que mostrem a real condição do nosso transporte. Não temos hoje uma pesquisa qualitativa – uma pesquisa sequer quantitativa – para sabermos as reais condições do usuário que está ali pegando o transporte, para sabermos o perfil e a opinião desse estudante – não só do estudante, mas do pai e da mãe que muitas vezes está também interagindo com a escola e precisa ter a condição de poder chegar até ela.

Essa é a atual situação, não temos mais iniciativa institucional de conseguir traçar um perfil de quem está andando. Essa falta de conhecimento institucional para poder usar esses dados ao nosso favor faz com que tenhamos cotidianamente de militar e de nos colocar para refletir sobre o transporte – nós por nós mesmos – e para tentar ali colocar a nossa voz sobre o que queremos de mobilidade estudantil.

Pensando nessa problemática toda, trouxemos algumas demandas para apresentar para a comissão. Algumas demandas são urgentes e temos de tentar, o mais rápido possível, estabelecer formas de resolvê-las e não só mascarar-las – dizer que está sendo resolvido. Muitas delas já foram apontadas aqui e acredito que vão ser apontadas ainda mais.

A primeira demanda é o horário. Temos um grande problema com relação aos horários dos ônibus. Eles são muito ruins. Estamos falando de um transporte lotado pela manhã. Eu, por exemplo, moro no Guarã – bem perto, comparado com outras regiões administrativas. Para eu chegar à UnB, às 8h da manhã, eu tenho que estar no ponto de ônibus às 6h da manhã – e olha que o Guarã é ao lado da UnB.

Então, temos ônibus lotados, muito poucos ônibus são direcionados à UnB ou ao IFB, mas ainda assim com uma rota extremamente complicada. Há umas linhas aleatórias que passam em horários aleatórios, fazem caminhos aleatórios, às vezes, dando um milhão de voltas para conseguir captar mais gente dentro do mesmo ônibus e assim conseguir suprir uma carência – isso não é normal, não consegue suprir.

Como o Professor Leonardo falou, para quem estuda no período noturno, essa situação é ainda pior às vezes; se não for igual, é ainda pior. A gente tem que sair mais cedo, como o Professor Leonardo falou, para conseguir pegar o ônibus. E, às vezes, a gente perde.

Quando eu entrei na UnB, em 2013, a gente falava que o batismo era quando você queria ficar um pouquinho mais na UnB, não tinha como voltar para casa e dormia lá. Todo mundo tinha dormido pelo menos alguma noite na UnB, para conseguir vivê-la. Não é porque estou ali, sem fazer... Não. É porque não tenho como voltar

para casa, quis viver um pouquinho mais da universidade e não sair correndo, depois da aula, e dormir. Não sei hoje. Isso foi em 2013, mas acho que, no meu curso, ainda é muito comum acontecer.

Outro problema, além dos horários: as linhas inadequadas. A gente tem uns trajetos, como eu já coloquei, muito complicados. Os especialistas, esses técnicos que estão ali na salinha deles, fechada, decidindo as linhas, não estão escutando a gente. A gente não tem, hoje, um canal, seja nosso, seja institucional, em que se consiga demandar e deliberar, não só ser escutado ou consultado, de que forma e por onde essas linhas têm que passar e quais são os pontos de ônibus em que se deve parar.

Muitas vezes, então, a gente acaba tendo que fazer um enorme trajeto, pegar um caminho muito maior ou pegar três ônibus para conseguir chegar no horário, porque a linha direta vai passar depois ou vai demorar e não vai conseguir chegar a tempo.

Um terceiro problema, gente, é a biometria. A biometria chega a ser uma piada quando a gente fala da qualidade do transporte público do GDF. E, aí, querendo implementar qualidade, implementou-se isso junto. Ela serve para implementar uma série de problemas. Ela prejudica a gente de toda forma: tira foto errado e corta o passe; não reconhece estudantes trans e, aí, comete uma série... é um processo extremamente transfóbico. Ela reforça um regime racista de vigilância de corpos negros e dá lucro para as empresas.

Então, a biometria, que vem com a desculpa de que foi uma segurança antifraude, não tem... a gente não tem nenhum indício. O GDF, até hoje.... O BRB – Banco de Brasília... as próprias empresas de transporte até hoje não conseguiram e não vão conseguir demonstrar que a biometria ajuda, de algum jeito, a diminuir a fraude no transporte.

Dessa forma, a gente vê que tem série, além desses problemas mais urgentes, de limitações dentro do processo de implementação do passe estudantil. A gente tem um número determinado de passagens, como já falou, no qual só pode ir à UnB e vir dela. Você não pode ir a nenhum outro lugar. Às vezes, nem ir e vir você consegue, porque, se não pegar um ônibus, não dá para pegar o outro, por causa do número de créditos.

A gente tem uma problemática muito séria em relação aos estudantes do Entorno. Essa fronteira Entorno-DF é uma fronteira virtual. Só existe no papel. A gente está, o tempo todo, circulando por esses territórios, e, ainda assim, o Distrito Federal nega a esses sujeitos o direito.

Uma outra coisa é a burocracia para ter acesso ao passe. Se você perder, não pode mostrar um comprovante e falar: "Olha, eu sou estudante. Eu vou entrar aqui." Não. Você vai esperar o BRB lançar seu passe, vai demorar e você vai ficar pagando enquanto isso. Não tem dinheiro? Não vai. Vire-se!

E uma outra coisa, além dessa biometria, como a gente está falando, Deputado Max Maciel e Deputado Fábio Félix, que vai muito para V.Exas. pensarem é a gente criar um conselho estudantil e comunitário, com poder deliberativo dos estudantes, para debater a implementação, a gestão e todo o sistema de transporte. A gente tem a participação popular dentro do sistema de transporte prevista, mas, ainda assim, não consegue vê-lo.

Falando dessas nossas demandas, vale lembrar que a conquista do passe estudantil, assim como várias conquistas sociais que a gente teve, foram feitas a partir de lutas nas ruas, elas não foram conquistadas dentro de quatro paredes.

Vale lembrar que Brasília, em 1960, já tinha metade da tarifa para estudantes aceita, uma conquista de lutas nas ruas do Rio de Janeiro, na época em que a Capital Federal ainda era lá. Em 1988, aqui em Brasília, após vários processos de luta, a gente conseguiu passar a pagar só um terço da passagem.

O atual sistema que a gente tem hoje, de não pagar – e, ainda assim, às vezes paga –, é uma coisa extremamente nova, de 2009. Graças à luta de uma série de movimentos, graças a uma campanha maciça do Movimento Passe Livre e a uma série de ações diretas realizadas, a gente conseguiu o passe livre estudantil – mas não foi e continua não sendo uma conquista garantida.

A gente teve, em 2010, o Rosso; em 2016, o Rollemberg; e, em 2019, o Ibaneis tentando, de alguma forma, criar dificuldades ou acabar com o direito ao passe estudantil. A boa notícia é que eles não conseguiram e dificilmente vão conseguir, porque a gente é bem mais forte.

A gente quer a melhoria do transporte pensando em quatro pautas: ampliação das linhas matutinas e noturnas, a partir da demanda construída e gerida por estudantes; organização de trajetos e linhas a partir da nossa necessidade; revisão e possível fim da biometria; ampliação do passe livre estudantil para as férias e finais de semana; atendimento aos estudantes do Entorno; e uma modificação radical, para acabar com a burocracia punitivista envolvendo o passe livre, porque, a partir do momento em que você infringe qualquer coisa, ou que eles consideram que você, de alguma forma, fez uma fraude, você é punido e tem o seu direito negado.

Para finalizar, a gente tem que lembrar que a questão do transporte não é uma questão isolada. É uma questão que não está só no nosso território, pensando como município ou como estado. Ela é uma questão que tem que ser pensada de forma nacional e a partir da tarifa zero, da gratuidade, assim como, por exemplo, a gente pensa o SUS – Sistema Único de Saúde.

O Movimento Passe Livre... Lembrando que desde 2015 a gente conseguiu o transporte como direito na Constituição Federal. Com isso e pensando em toda a crise do transporte, a gente está construindo uma luta e convida todos vocês a pensarem uma política nacional do transporte federalizada, pensando em tarifas zero não só para nós, dentro do nosso território, mas também em todo o País.

Essa é uma campanha que a gente tem traçado agora e que se chama Coalizão Triplo Zero: zero tarifa, zero emissão de carbono e zero mortes no trânsito – que é uma coisa que acontece muito, principalmente com corpos marginalizados.

Para além dessa iniciativa institucional de criação de um conselho, já que o GDF não está querendo nos escutar e já que sabemos muito bem impor, na rua, quando queremos, o que tem que ser escutado, quero convidá-los para organizarmos entre nós mesmos um conselho de estudantes, a fim de que consigamos fazer que esse conselho tenha força para pautar o que vamos executar, por onde o ônibus vai passar, quantos ônibus e assim por diante.

É isso. O MPL – Movimento Passe Livre está à disposição para a gente pensar conselhos, para a gente pensar a participação no transporte, para a gente pensar ação na rua.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Muito obrigado, Ana Vaz, do Movimento Passe Livre, pela sua importante explanação. Estamos anotando tudo para encaminharmos.

Seguiremos as inscrições chamando as pessoas da plateia para participar com um pronunciamento de até dois minutos. A nossa equipe sempre chamará três pessoas para que já fiquem posicionadas aqui. Estamos em uma transmissão ao vivo. Agradeço a todos que nos acompanham pelo YouTube.

Concedo a palavra ao Subsecretário de Operações da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, Márcio Antônio Ricardo de Jesus.

SR. MÁRCIO ANTÔNIO RICARDO DE JESUS – Bom dia, Deputado Fábio Félix e Deputado Max Maciel. Nas pessoas dos senhores, cumprimento a todos da Mesa.

Meu nome é Márcio Antônio. Estou Subsecretário de Operações da Secretaria de Transporte e Mobilidade. Sou responsável pelo planejamento de todas as linhas do sistema. Para vocês terem uma ordem de grandeza, hoje o sistema tem 850 linhas em funcionamento, que são operadas por 2.920 veículos. O sistema é pensado para todos os segmentos. Para que vocês tenham ideia, há dificuldade de se fazer o planejamento em Brasília, que tem uma característica de movimento bastante pendular: temos horários de concentração de demanda – a demanda vem pela manhã, volta à tarde. Não é diferente do movimento dos estudantes. Se a gente for ao estacionamento do estádio agora, verá um grande número de veículos parados.

Foi solicitada para algumas instituições a manutenção de frequência ao longo de todo o dia. Se colocarmos um horário para irmos agora ao IFB de Taguatinga, tenho certeza de que todos os alunos, em tese, estarão na sala de aula. Não haveria a necessidade de colocarmos um atendimento neste horário.

Em termos de grandes números, hoje o nosso sistema transporta mensalmente mais de 6 milhões de estudantes. Isso representa um fluxo diário de mais de 273 mil acessos.

Deputado, foram colocadas algumas ponderações e o senhor pediu que cada instituição fizesse um levantamento das suas necessidades. É uma excelente ideia. Direciona os trabalhos dos técnicos da mobilidade, que não ficam apenas em suas salas olhando os computadores. Temos uma rotina de realizar levantamentos externos para embasar os nossos estudos.

A partir disso, Deputado, para que não misturemos os assuntos, pois há diferença entre a realidade de um IFB e a do *campi* da UnB – um está localizado próximo aos nossos corredores de transporte coletivo, onde eu tenho uma oferta maior; outros estão em um local de menor frequência –, proponho uma sequência de reuniões comigo, a partir desses levantamentos, na Subsecretaria de Operações, para que recebamos cada instituição para que possamos tratar especificamente do assunto de cada um e proceder aos ajustes necessários. Não faz sentido a Secretaria de Transporte e Mobilidade fazer o planejamento, criar um horário que não atenda aos estudantes. Não estamos fazendo nada se assim estiver colocado. Obrigar os alunos a saírem mais cedo para pegarem o nosso transporte coletivo está errado. Isso tem que ser ajustado.

Lembrando do pronunciamento da Ana, aproveito para dizer que a gente precisa criar comitês em que haja a participação especial de todos.

Semana passada, Promotor Dênio, houve uma reunião no Ministério Público, na qual foi cobrada da Secretaria de Mobilidade a instituição desses comitês, que já estão previstos em decreto. O secretário se comprometeu com o Ministério Público de a gente fazer esses comitês funcionarem até o mês de junho, com a nomeação de todos os membros. A gente pode aumentar a participação social nesses comitês.

Com relação à ampliação de acessos nos fins de semana para outras atividades sociais e culturais, eu gostaria de ressaltar que a Secretaria de Mobilidade cumpre o disposto na norma que cria o benefício. Hoje, há um número limitado de uso de passes estudantis. Essa é uma das pautas que já foi colocada aqui pelo nosso professor da UnB. Tem que ser discutida essa ampliação da quantidade de acessos. Hoje, a Secretaria de Mobilidade não pode conceder uma quantidade maior do que a prevista em lei.

Quanto àqueles casos específicos em que a grade horária e a grade curricular exigem, a gente concede a quantidade de créditos extras para complementar os deslocamentos dos usuários.

Quanto aos atendimentos específicos, nós já fizemos uma reunião com o pessoal do IFB de Planaltina. Foram solicitados alguns ajustes por alguns responsáveis de lá, e a gente, prontamente, atendeu, direcionou o que foi solicitado nessa reunião. Nós criamos *ipsis litteris* o que foi solicitado. É preciso que se coloque mais? Estamos disponíveis para fazer os ajustes necessários.

O *Campus Darcy Ribeiro* exige maiores ações da Secretaria de Mobilidade. Eu queria me reportar a um passado não muito distante, quando existiam filas quilométricas para acessar a linha 110. Havia fila que ia até a escada rolante. Nós fizemos um estudo conjunto na Rodoviária, criamos um embarque similar ao que é feito no BRT – Bus Rapid Transit. Hoje, há um pagamento prévio de passagem, criamos mais conforto para os usuários e, paralelo a isso, ampliamos a oferta. Hoje, para vocês terem ideia, só a linha 110 realiza 195 viagens por dia. Somadas com a linha 110.2, que tem 48, são mais de 250 viagens por dia da Rodoviária para o *campus* da UnB.

Foi ponderada, em algum momento, a necessidade de criação de linhas diretas. Isso é um movimento que a gente tem que estudar, a partir dos dados que forem levantados, porque, para muitas dessas solicitações, não há demanda que justifique, que viabilize a criação de linha direta. Isso é oneroso para o sistema. A gente mantém o movimento integrado.

O sistema de transporte coletivo do Distrito Federal foi projetado para operar de forma integrada. O usuário pode fazer vários deslocamentos e complementar os seus deslocamentos. Onde não há viabilidade de se criar um serviço direto, as pessoas se deslocam até a Rodoviária do Plano Piloto e, de lá, complementam o deslocamento até o *campi* da UnB. O sistema está projetado para funcionar dessa forma. Para aqueles alunos que necessitam de um complemento de passe, a gente o concede, após uma análise prévia desse atendimento.

Com relação à crítica relativa à biometria facial, o estudante, no Distrito Federal, é 100% custeado. Em todo o deslocamento, o estudante não paga nada. Então, o governo tem que criar mecanismos que efetivamente controlem isso. Ele não tem outro fim, a não ser esse. A gente entende que é necessário instituir esses mecanismos de controle, para que o Estado não tenha onerado o seu subsídio.

Como os assuntos são bem diversos, cada *campus*, cada IFB tem a sua necessidade, Deputado, a gente vai levar isso a partir desse relatório que será formalizado pela Câmara. E a gente, caso a caso, vai tentar melhorar o transporte coletivo para atender a um serviço essencial nos termos da nossa Lei Orgânica, para fazer com que ele atenda todos.

Eu deixo a proposta de nós criarmos uma agenda com cada um dos IFBs, com os *campi*, para podermos fazer ajustes. Esse é um ajuste que a gente faz, sistematicamente, como o senhor citou, no *campus* da UnB, além do cenário da rodoviária, em que a gente cria um ambiente para ser pago antecipadamente.

Nós entendemos que, a partir de uma demanda dos *campi*, também, nós fazemos a linha voltar pela L3. Criou-se uma dinâmica maior, ficou mais célere. Ajustamos a Linha 338. Esse é um trabalho que fazemos diariamente. Fazemos esses ajustes. Se às 10h20min está cedo, vamos colocar no horário que precisa.

Era isso o que eu tinha para falar.

Estou aqui, à disposição de todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Subsecretário Márcio. Tenha certeza de que a gente vai formular o melhor relatório possível, alinhado aos *campi*, tanto do IFB quanto da UnB, para chegar à secretaria com mais informações, com mais dados, para que a gente possa realizar, de fato, todas essas indicações.

Vamos ouvir, então, os estudantes. A gente pede que a pessoa chamada venha e que os três que forem chamados já fiquem posicionados, pois falarão em seguida.

Lembro, gente, que eu sei que é pouco dois minutinhos – é quase um tuitinho –, mas é importante para a gente permitir que todo mundo faça uma consideração também.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Passaremos a palavra à Josy.

Logo após, farão uso da palavra a Larissa e a Adda.

SRA. JOSY SOUZA – Quero saudar todos, todas e todos com um bom dia.

Eu venho falar de uma coisa de que eu tenho conhecimento, que é a parte da acessibilidade. Quero falar da deficiência na acessibilidade ao transporte público.

Eu acho que aqui há um representante da empresa Piracicabana. Principalmente nessa nova linha de ônibus, você tem que puxar e soltar, e muitos motoristas e cobradores soltam de uma vez e acabam quebrando. Muitos não querem parar; muitos atendem a gente com uma falta de educação muito grande e mentem, dizendo que está quebrada a rampa, sendo que a gente sabe que não está.

Eu acredito que as empresas deveriam fazer um curso tanto com os motoristas quanto com os cobradores, para conscientizá-los e ensiná-los a tratar bem tanto as pessoas portadoras de necessidades especiais quanto os idosos, que sofrem muito nas mãos desses motoristas por falta de paciência deles na hora de subir e de descer do transporte. Isso é muito importante.

Eu queria falar, também, da questão da linha que vai da Rodoviária de Planaltina até o *campus* do IFB em Planaltina. Sempre, eles dão uma desculpinha.

Outra coisa: só um ônibus para levar aquela quantidade de alunos no horário da manhã e da tarde, eu acho muito pouco. É perigoso correr o risco de acidente e de alguém se machucar. Eu acredito que deveria haver dois ônibus em cada horário para levar e trazer os estudantes da rodoviária para o IFB Planaltina.

Eu faço das palavras de todos as minhas. Foi muito importante o que eu ouvi aqui, hoje. Deixo dito que a gente precisa, acima de tudo, de respeito.

Quero falar para o senhor que o passe livre é gratuito para o estudante, mas a empresa recebe do governo e o governo recebe dos nossos impostos. Então, nada sai de graça. Tudo é pago.

Bom dia. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Josy.

SRA. LARISSA – Olá. Bom dia a todos. Eu me chamo Larissa, sou moradora de Planaltina, sou estudante da UnB do curso de Ciências Biológicas e estou aqui pelo Coletivo Afronte!

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer ao nosso Deputado Max Maciel por estar aqui conosco – um dos nossos que está aqui –, proporcionando que possamos vir aqui debater, falar das nossas propostas, porque é a gente que sofre com o transporte público. A gente é que está lá, sofrendo todos os dias, a gente é que está pegando ônibus lotado. Então, nós vamos vir aqui, sim, falar, porque esse espaço é nosso.

Primeiramente, eu gostaria de falar sobre os ônibus circulares de Planaltina, principalmente no horário da manhã e da noite. Eu tenho que estar no *Campus Darcy Ribeiro* às 8h da manhã e, para isso, eu preciso pegar os ônibus circulares para ir para a UnB para ter, pelo menos, a dignidade de ir sentada na cadeira do ônibus – eu passo mal se for em pé.

Eu garanto a vocês que os ônibus circulares que a gente tem entre os horários de pico – como o Caio apresentou –, que é entre as 4h e às 6h da manhã... Na verdade, são dois ônibus para a população de Planaltina, para o pessoal que tem que ir para a rodoviária pegar o ônibus. Esses dois ônibus não atendem à demanda, porque um passa às 4h40min e outro, às 5h40min, ou seja, você tem que acordar às 4h da manhã ou às 5h da manhã simplesmente para poder pegar um ônibus para poder ir para a Rodoviária de Planaltina e pegar outro ônibus.

Outra coisa que eu gostaria de falar também é sobre o IFB. Eu fui estudante do ensino médio do IFB e garanto ao secretário que, talvez, os alunos estejam realmente em sala de aula, mas, para isso, eles pegaram um ônibus totalmente lotado, um ônibus que nem sequer cabe alunos direito; tiveram que passar por humilhação no ônibus saindo pelas portas para poderem estar dentro da sala de aula. Eu acho que isso não é justo. O governo paga por isso, e a gente merece, sim, ter esse direito.

Quero falar sobre o metrô e o BRT para Planaltina, que viraram uma lenda urbana. O que a gente tem é deputado – e até mesmo o governador – que fala que vai fazer, vai fazer, vai fazer, mas, ao final, a gente nunca tem nada. Eu garanto que isso é uma palhaçada com a nossa cara, com o planaltinense. Queremos, sim, o metrô. É nosso direito e vamos lutar por isso. Isso é um direito à cidade.

A gente também tem reclamações a respeito do transporte nos finais de semana para vir aqui curtir – querendo ou não, todo o lazer e toda a cultura estão aqui, em Brasília. Nós temos que sair da nossa cidade para poder aproveitar um pouco esses espaços que são negados a nós pela burguesia. A gente não pode estar nesses espaços, porque sequer há transporte público, e não há passe livre para a gente poder acessá-los. Isso é uma coisa que tem que mudar. A gente quer, sim, cultura. A gente quer educação. A gente quer lazer, porque a gente merece.

É isso. Muito obrigada a todos. (Palmas.)

SRA. ADDA LUÍSA – Bom dia a todas, todos e todes estudantes que estão aqui. Eu sou Adda, represento a União Nacional dos Estudantes e gostaria de, primeiramente, saudar todos os estudantes que acordaram cedo e que pegaram o baú para estarem aqui. Em segundo lugar, eu gostaria de saudar a Mesa e esse espaço de audiência pública em nome do nosso Deputado Distrital aba reta Max Maciel.

Quero começar falando que a nossa luta por passe livre estudantil, a luta que a UNE – União Nacional dos Estudantes vem construindo há muito tempo, é uma luta histórica do movimento estudantil, é uma luta histórica dos estudantes. Infelizmente, nós, hoje, ainda em 2023, não alcançamos plenamente esse direito. Quero dizer a vocês que a mobilidade urbana, que o direito de chegar à universidade a tempo e o direito de sair depois de a aula terminar são direitos nossos e nós vamos exigí-los.

Eu falo, com muito respeito, direcionada ao subsecretário que está aqui representando o GDF, que, infelizmente, nós estudantes não sentimos na prática o que o senhor falou em relação aos transportes. Então, temos um problema muito sério, estrutural, para tratar.

O tempo é curto, porque eu acho que a gente precisa garantir a fala de todo mundo aqui que veio participar, mas eu quero fazer novamente uma saudação aos estudantes que estão aqui e, principalmente, à luta do movimento estudantil. Por isso, peço licença ao decoro, para que possamos escutar a voz de todos os estudantes que estão aqui, juntos, desta forma: "Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil! Nas ruas, nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!" Viva a luta dos estudantes! (Palmas.)

(Manifestação fora do microfone junto com a oradora.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Concedo a palavra ao Sr. Thiago.

SR. THIAGO – Bom dia, gente. Eu sou o Thiago, sou estudante do *Campus* Darcy Ribeiro, do período noturno, isso já traz bastante peculiaridade. Sou morador da recém-criada Região Administrativa do Arapoanga. Sendo de Planaltina, eu acabo convivendo bastante no *campus* da FUP, que é o *campus* da UnB em Planaltina.

Existe uma coisa chamada transporte gratuito intercâmpis – quem chegou à UnB antes da pandemia vai saber o que é. Esse transporte foi tirado durante a pandemia. A fala do Professor Paulo Cesar de que a UnB vem atenta a essas questões me causa uma estranheza, porque, se vem mostrando essa atenção, eu acredito que não está informando isso adequadamente. Eu realmente não vejo essa preocupação. Não vi esse diálogo quando reduziram as linhas do intercâmpis. Não vi esse diálogo quando tiraram o intercâmpis. E não vi esse diálogo sequer como uma alternativa à diminuição ou à saída do intercâmpis.

O que eu queria sugerir aqui, sendo objetivo, é a criação de linhas expressas entre os *campi* da UnB. Por quê? E eu até já adianto para o subsecretário que há demanda, porque, se a gente parar para pensar que o intercâmpis foi criado com o intuito de se poder pegar aulas em diferentes *campi*, verá que existe uma demanda grande.

Você pode confirmar isso com o próprio Professor Paulo Cesar: o ônibus que saía ao meio-dia de Planaltina, o que saía às 13h de Planaltina e o que saía às 13h do *Campus* Darcy Ribeiro saíam lotados – principalmente esses dois últimos, que serviam para a pessoa poder sair da aula que termina às 11h40min poder almoçar antes. Eles são especialmente para quem precisa do RU – Restaurante Universitário poder ver sua aula seguinte, às 14h, em qualquer um dos *campi*. Há também outros horários para atender a demanda, que são os de 6h da manhã e de 10h da noite.

Como o tempo se encerrou, eu vou ter que me resumir a essa sugestão das linhas expressas entre os *campi*, porque é uma demanda real. (Palmas.)

SRA. NYVEA PAULLA – Bom dia a todos. Eu sou estudante do ensino médio no *campus* Recanto das Emas do IFB.

Nossas reclamações são acerca das linhas de ônibus que atendem o nosso *campus*. São apenas duas que chegam lá, porque fica numa localidade mais afastada. Eles só passam de hora em hora. Se você perdeu o ônibus, você só pode chegar lá na hora seguinte e, se você quiser chegar na hora, você tem que pegar um ônibus na principal e andar vinte minutos da principal até o *campus* para conseguir ter aula no tempo certo. As linhas que atendem o nosso *campus* são circulares. Então, elas só estão dentro da nossa cidade. Os alunos que estudam em outras cidades e vão para o nosso *campus* passam ainda mais perrengue, porque têm que descer na principal, pegar dois, três ônibus e andar mais uns vinte minutos para chegar à escola a tempo. Isso é um problema muito grande, que causa atraso, que causa desconforto aos estudantes.

Também existe a questão da hora da saída. As pessoas que saem mais tarde, às vezes, não conseguem pegar o ônibus que trafega dentro da cidade. Elas precisam caminhar até a parada de ônibus por vinte minutos, numa rua deserta, escura, com problemas de segurança. Não é nada bom fazer isso. A gente conhece casos de pessoas que são assaltadas até no caminho para a parada de ônibus.

Outro problema é o metrô, que poderia chegar ao Recanto das Emas e não chega. Isso nunca melhorou, nunca estenderam essas linhas do metrô. É isso.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Eu quero aproveitar para chamar a Isabela Luduvichack, da Casa do Estudante; a Milena Martins Machado Mendes; e a Emily Soares.

SR. BENIAMIN MIRANDA – Bom dia a todos, todas e todes. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Max Maciel, ao Deputado Fábio Félix, a todos os presentes aqui dos movimentos, à minha querida amiga Sofia.

Hoje estamos debatendo aqui, discutindo um problema latente de Brasília que é o transporte público. Eu sou usuário do metrô. Eu pego o metrô todos os dias, e me causa um desgosto profundo ver como ele é tratado nesta cidade.

Há problemas básicos, muito superficiais, como a identidade visual do metrô, que não é a mesma. Só nas estações novas há, por exemplo, alguns mapas que mostram algumas estações que não foram inauguradas, como, por exemplo, a Onoyama, as estações da Asa Sul.

Brasília é a Capital do País. A gente devia ser modelo de transporte público e não ser a cidade com o terceiro pior transporte público, com maior tempo de espera das capitais.

Eu ouvi muito aqui as pessoas falando de acesso à cidade. Nós queremos acesso à cidade, sim, mas queremos o direito a amar esta cidade, porque é necessário. Nós temos que ter o sentimento de que nós pertencemos a isso. Nós queremos ter o acesso a todos os quatro cantos desta cidade. Brasília tem que ser modelo, sim, de transporte público para o País inteiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. ISABELA LUDUVICHACK – Bom dia a todos. Vou ser bem breve, até pelo tempo. Eu sou estudante de Filosofia na UnB. Hoje, moro na Casa do Estudante. Infelizmente, sou a única representante hoje aqui, moradora da Casa do Estudante. Todo mundo está em aula, e estou matando aula, porque achei importante estar aqui.

Na Casa do Estudante há algumas demandas que são bem pontuais. Os ônibus rodam dentro da CEU – Casa do Estudante Universitário e do Centro Olímpico da FEF – Faculdade de Educação Física. Porém, eles não atendem a nós residentes, mas atendem aos estudantes da FEF, porque, quando não há aula na FEF, não há ônibus; e, nos finais de semana, temos um ônibus por hora. Isso é um grande problema. Além disso, não temos linhas de outros ônibus que rodam na CEU. A gente só tem o 110.2. Temos estudantes que vêm de outras cidades. Na verdade, temos moradores da CEU que estudam no Gama, em Planaltina, na Ceilândia e em outros *campi* e vão pegar o ônibus 110, vão para o BRT ou vão para outras linhas de ônibus. Isso é um grande problema para a gente. Quando existia o intercâmpis, tínhamos esse direito, e ele não existe mais. Por exemplo, quando há estagiários que moram, estudam ou trabalham no Guará, em Planaltina ou em qualquer outra cidade, a gente tem um problema: "Vamos pegar o 110". Então, seis passes por dia também não cabem. Nos finais de semana há um ônibus por hora. O último ônibus é um grande problema para a gente, porque ele roda só até às 11h da noite. A gente precisa estar às 11h na Rodoviária para pegar esse ônibus, senão a gente não pega mais para a CEU e terá que descer para a L2 e ir andando, sujeito às violências que a cidade nos impõe.

Durante as férias, continua havendo esse problema, porque a gente não tem passe livre, mas a gente mora no *campus*. A gente também precisa circular. O *campus* está esvaziado, e não há mais nada para fazer. E o que fazer e para onde ir? Não temos passe livre e vivemos de um auxílio socioeconômico de 465 reais. Isso não paga um transporte público no final de semana. É isso mesmo!

Muito obrigada, (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Concedo a palavra à Emily.

SRA. EMILY SOARES – Boa tarde a todos. Eu sou a Emily e também sou estudante do ensino médio do *campus* Recanto das Emas. Como a minha amiga Nyvea já falou, eu queria só dar um destaque um pouco maior para a questão do metrô, porque, no DF, atualmente, existem apenas 32 trens. Em contrapartida, existem (Inteligível.) ônibus, como o secretário nos falou. No Recanto é muito precária a questão, porque não existe metrô no Recanto, que é a sexta maior cidade do DF. Isso prejudica não só os alunos, mas a população de um modo geral do Recanto das Emas.

Então, acredito que deva ser dada uma atenção maior para essa questão do metrô no Recanto. Existem cerca de 150 mil habitantes no Recanto, e não há um transporte público de qualidade.

Eu queria, para finalizar a minha fala, citar um artigo para justificar que a gente não está aqui pedindo nada que seja muito exorbitante, mas que era pra ser um direito já garantido pela Constituição. O artigo 30, inciso V da Constituição fala assim: "Organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial".

Então, na própria Constituição, era para ser garantido isso, mas a gente vê que não está sendo. Espero que, a partir deste debate que está acontecendo aqui hoje, isso venha a ser mudado.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Chamo a Thaís Alves Baptista, o Luiz Philipe Silva e Paíque Santarém.

Concedo a palavra à Milena.

SRA. MILENA MARTINS MACHADO MENDES – Bom dia, gente. Meu nome é Milena. Construo o MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Construo o Movimento Correnteza também. Estudo na UnB e saúdo todos os estudantes e trabalhadores que estão nesta sala.

Eu vim aqui pontuar algumas coisas. Uma delas é sobre a Linha nº 0.522, que sai de Sobradinho II para o *Campus* Darcy Ribeiro da UnB. Essa linha é a única que vai de Sobradinho II para o Plano Piloto, mas passa antes em Sobradinho I. Ou seja, ele chega lotado em Sobradinho II. Eu já vivenciei isso na pele.

Outra coisa é que no horário de meio-dia, saindo da UnB para Sobradinho, não existe ônibus direto para Sobradinho II. De manhã, de Sobradinho II, só passam dois ônibus que vão direto para a UnB. Sobradinho I possui três ônibus.

Eu queria questionar por que há essas desigualdades. Por que Sobradinho I e Sobradinho II, que estão na mesma região administrativa, têm ônibus separados? Vale do Amanhecer e Arapoanga, dentro de Planaltina, não têm ônibus direto para o *Campus* Darcy Ribeiro.

Por que o transporte do Entorno é tão precário? Eu conheço uma menina que mora em Valparaíso e não conseguia estar às 8h no *Campus* Darcy Ribeiro, para ter aula.

Eu queria pontuar que são muito importantes esta audiência pública e a sequência de audiências que os Deputados estão propondo, mas, infelizmente, elas não são suficientes. Nós temos que nos organizar e estar presentes nas ruas. Convido todo mundo a construir o MLB, o Movimento Correnteza, a Unidade Popular pelo Socialismo ou algum outro movimento presente onde você está.

Devemos lembrar que o problema do transporte é um problema estrutural no Distrito Federal e no Brasil como um todo, como foi pontuado aqui. Essa precariedade afeta tanto os ônibus, quanto os motoristas, os cobradores e todos os trabalhadores envolvidos no transporte coletivo. Isso também leva a preços abusivos. Todas essas questões, na verdade, aumentam o lucro das empresas de ônibus. Os nossos interesses não são os mesmos dos empresários. A gente só vai enfrentar esse problema com luta.

É isso. Só temos que nos organizar para conquistar as coisas. É isso. (Palmas.)

SRA. THAÍS ALVES BAPTISTA – Bom dia a todos e a todas.

Sou estudante da agroecologia do *campus* de Planaltina.

Venho aqui informar que temos necessidade dentro do *campus* do IFB. Perto do nosso *campus* há um posto do SUS e dois ou três assentamentos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Então, a demanda não é só do *campus*, é de toda uma comunidade. (Palmas.)

Também venho abrir outra questão. O Subsecretário disse que não há viabilidade. Pergunto sobre os bilhões que foram destinados ao transporte público.

Nós fizemos um cálculo. Da BR-020 até o IFB, são 6,6 quilômetros, mais ou menos. É uma hora e meia de caminhada. Do ponto mais próximo até o IFB, é meia hora de caminhada. Dá em torno de três quilômetros.

Por isso eu peço: linhas diretas, já! (Palmas.)

SR. LUIZ PHILIPPE SILVA – Oi, gente. Bom dia a todos, todas e todos. Eu me chamo Luiz, faço parte da Diretoria da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Eu queria saudar todos os estudantes presentes e a Mesa também, nas pessoas do Deputado Fábio Félix e do Deputado Max Maciel, Presidente desta Comissão.

Primeiramente, quero dizer que a gente tem um transporte extremamente precário na nossa sociedade aqui no Distrito Federal. O transporte público é precário não só para a UnB ou para o IFB, mas para toda a sociedade, e a gente precisa melhorar isso.

O Subsecretário falou de diversas questões aqui e disse que o transporte no GDF atende as demandas e tudo mais. Eu queria convidar o senhor a pegar um ônibus às 5h da manhã e ir para a universidade estudar. Eu imagino que o senhor não faz isso. Eu imagino que o senhor anda no seu carro particular fornecido pelo nosso dinheiro. É o nosso dinheiro público que paga o seu carro. (Palmas.)

Então, eu queria convidar o senhor a participar disso.

Além disso, a gente precisa debater além do passe livre estudantil, ir para o passe livre catraca zero. A gente não pode ter catraca. Nosso transporte público não pode ter catraca. A gente tem condição, no Distrito Federal, de ter um transporte público de qualidade e sem catraca. Eu queria atender essa demanda e discuti-la com o Subsecretário também.

Enquanto a gente não tem um ônibus sem catraca, quero relembrar os pontos de recarga do BRB. Atualmente temos pontos de recarga em algumas localidades, como nos pontos de metrô, que não são tão acessíveis; e temos a venda *on-line*, mas ela é feita por boleto. Hoje a gente está usando o pix em tudo quanto é lugar; e, simplesmente, no BRB, para você fazer recarga no cartão, você não usa o pix. Então, eu queria também trazer essa demanda.

Eu também queria chamar todos os estudantes a estarem na rua lutando pelo transporte de qualidade e pelo passe livre para todos.

É isso, gente.

Muito obrigado. Agradeço a todos. (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Pessoal, eu só queria dar um aviso aos estudantes do Recanto das Emas. O ônibus vai sair, mas se vocês puderem aguardar a fala do Paíque, depois a gente retoma a Mesa. Se puderem aguardar um pouquinho.

Obrigada.

SR. PAÍQUE SANTARÉM – Bom dia a todos, todas e todos.

Eu me chamo Paíque, sou militante do Movimento Passe Livre, sou antropólogo e urbanista.

Eu queria começar colocando uma questão para o Subsecretário, que me soa um pouco cínica ou desinformada, porque até onde eu entendo a SEMOB – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade faz parte do Governo do Distrito Federal. (*sic*) Se ela faz parte do Governo do Distrito Federal – a migração pendular que existe aqui no DF –, é de responsabilidade do GDF construir uma cidade segregada. A responsabilidade de enviar o projeto de lei de ampliação do passe livre é exclusiva do Executivo, no caso da Semob. Se é para haver a ampliação do passe livre, a Semob envia o projeto de lei e amplia. Então, vocês têm a possibilidade de ampliar o quanto quiserem, basta enviar o projeto de lei.

Quanto ao transporte, não é que os técnicos sejam ruins, é que o transporte é tecnocrático. O transporte não ouve, de forma regular, sistemática e deliberativa os usuários e as usuárias do transporte. Então, ele é tecnocrático, e os técnicos têm sua forma de atuação prejudicada e ruim porque a tecnocracia é um problema de gestão pública. Não preciso me aprofundar nisso.

O transporte está deixando de ser uma mercadoria, um negócio que dá lucro para meia dúzia de empresários canalhas que fazem um monte de pilantragem para a nossa população para virar uma política pública, desde que foi aprovado na Constituição. Essa transformação de mercadoria para política pública implica na participação popular permanente. Isto é uma mudança: deixar de ser mercadoria para dar lucro e virar participação popular.

O passe livre estudantil, que foi construído com a participação popular nas ruas e nas nossas ações diretas, é justamente o mecanismo que pode ensinar ao Estado como ouvir o conjunto da população sobre o transporte para uma eventual tarifa zero, ou seja, ouvir os estudantes e as estudantes que estão aqui. Forjar um conselho permanente e participativo é tarefa fundamental da construção dessa política pública. Então, não é fazer como um serviço de atendimento ao consumidor, da forma como foi colocado aqui.

Vou encerrar com esta frase: não se trata de ir visitar um ou outro espaço estudantil para ouvir um ou outro estudante; tem que ter uma política permanente, regular e de Estado para que os estudantes deliberem sobre o passe livre. Senão, nós estamos falando aqui ou de projeto eleitoral ou de hipocrisia.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Paíque.

Eu só queria reforçar que estamos anotando, que a nossa equipe está fazendo um relatório desta reunião. Então, podem ficar tranquilos. Tudo isso vai entrar, na medida do possível, nos encaminhamentos que estamos fazendo e, desde já, como a Adriana colocou, sem nenhum prejuízo.

Aqueles que sabem que têm horário de aula etc. podem sair sem nenhum problema. Isso não tem prejuízo para a nossa audiência, porque vamos ficar aqui. Tão logo terminemos as falas, abriremos para as considerações da Mesa. Está bem?

Ainda há mais vinte pessoas para falar, então, por favor, atentem-se ao tempo. Audiência é isto mesmo: colocamos o povo para falar, então temos que ouvir.

Vamos embora.

Quero chamar o Leonardo Ortergal, o Tatiano Tavares e o Nilton Cometti.

SR. LEONARDO ORTERGAL – Bom dia.

Quero saudar a Mesa e o público desta audiência pública.

Nada deve ser impossível de mudar. Eu só vim fazer uma saudação e dizer que é bonito ver o que se tornou essa mobilização coletiva, estudantada – quem está precisando ir, quem está podendo ficar.

Eu só quero resgatar a faísca que acabou motivando isso, iniciando o que a gente está fazendo hoje e que não vai parar por aqui. Isso teve início numa sala de aula da disciplina de Introdução ao Serviço Social na UnB – eu sou professor lá. Como na maioria das aulas do último horário, que tem uma hora e quarenta minutos de duração, ou seja, cem minutos, há uma perda percentual de até trinta minutos, ou seja, 30%, quando a pessoa precisa sair às 10h da noite. É disso que a gente está falando.

Coloque isso ao longo do semestre para a gente ver onde isso vai dar. Se o tempo de aula era até às 10h30min, então como o transporte público voltado ao estudante da educação pública encerraria o seu itinerário antes desse horário? Era o que estava acontecendo antes de a gente começar essa mobilização. É a oficialização da violação dos direitos. Foi aí que a gente conversou em sala e iniciou essa mobilização que era, na verdade, uma aula de luta por cidadania. E deu nisto aqui, e essa luta vai se ampliar.

Eu vou encerrar. Eu só queria mesmo fazer essa saudação, dizendo que participei das iniciativas do Movimento Passe Livre, junto com o Paíque, com o Deputado Fábio Félix, com o Deputado Max Maciel e com tantas outras pessoas que estão aqui. Há quinze anos até aqui.

Eu sei que isso aqui é só o começo. Eu conto essa história como quem partilha com a estudantada essa lição.

Gente aqui presente, nada deve parecer impossível de mudar. Como a gente costumava e ainda costuma dizer: amanhã vai ser maior. Vamos embora. (Palmas.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Valeu, Professor Léo Ortergal.

Só para fazer um registro – que ele já fez – importante. De fato, hoje esta audiência pública é parte de um processo provocado em sala de aula pelo Professor Leonardo Ortergal e de uma reflexão, que acho que é também importantíssima, sobre o impacto da mobilidade urbana na precariedade da educação e do conteúdo da construção de uma disciplina.

Então, depois disso, a gente montou um grupo de trabalho. Houve uma provocação feita pelo Léo que fez com que a gente montasse um grupo de trabalho para refletir sobre o transporte público para a Universidade de Brasília. Porque, se a gente abre a porta da universidade para diferentes grupos, especialmente das periferias, dos diferentes segmentos da sociedade, a gente tem que garantir as condições. Eu acho que a reflexão veio daí: a falta de condição.

Estudar não é só entrar no vestibular, mas estudar também é parte de todo um processo de transporte público. É estrutural para que isso aconteça. Então, o nosso agradecimento, o meu e do Deputado Max Maciel, ao Léo pela sua militância histórica e pela provocação que ele fez nesse processo.

Obrigado, Léo.

SR. NILTON COMETTI – Bom dia a todas e todos.

Sou Nilton Cometti, atualmente Diretor-Geral do *Campus* Planaltina. Fui muito citado aqui porque precisa... Max, muito obrigado. Fábio, muito obrigado por esse momento. Os estudantes estão aqui, Planaltina está aqui, há um ônibus aqui, porque é preciso. Está aqui a Josy. Estava aí o Lucas falando das nossas demandas.

Eu queria fazer justiça aqui. Márcio, muito obrigado, você me citou aí. Você me recebeu muito bem no ano passado. Nós, praticamente, duplicamos o número de horários de linhas que nós não tínhamos lá em Planaltina. Então, eu quero te agradecer, porque, realmente, foi atendido naquele momento. Porém continua muita demanda ainda. Tudo que foi falado aqui é verdade. Mesmo com tudo com que você nos atendeu, precisamos muito mais, muito mais.

Nós temos uma ciclovias lá que é uma tragédia anunciada. Nós precisamos trabalhar aquilo lá. Os nossos ônibus ainda... Você falou, Márcio, que os estudantes vão e, naquele momento, estão em aula. Não é assim, não. É dinâmica a coisa. Tem aluno que está... Se falta um professor, o aluno tem que ir para casa ou, então, ele faz só duas, três disciplinas. Então, é muito dinâmico. Há a UBES – União Brasileira dos Estudantes. Os nossos estudantes falam.

Nós temos movimento no *campus* agora. Nós precisamos de ônibus circular o tempo todo. Nós precisamos daquela linha à noite. O pessoal que sai lá, o da Biologia, chega em casa às 3h da manhã, porque tem que ir à rodoviária para depois vir para o Plano. Então, essa é uma linha que a gente precisa estabelecer.

Eu te agradeço. Nós vamos levar as nossas demandas. Os estudantes todos os dias me pedem mudança. A gente tem conseguido algumas mudanças, inclusive, com a própria empresa, que nos atende muito bem. Mas acessibilidade, por exemplo – essa questão de que a Josy falou –, é uma questão muito séria. Os ônibus são acessíveis? Mas estão quebrados. Não estão atendendo no momento...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. NILTON COMETTI – Na época, os horários que nós tínhamos melhoraram muito.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. NILTON COMETTI – Eu sei, mas é que, mesmo melhorando, duplicando, nós ainda precisamos de muito.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Calma, gente, só para terminar a fala dele, que vai permitir que mais gente fale. Por favor, professor.

SR. NILTON COMETTI – É só para dizer que a gente precisa. Essas demandas que os estudantes estão trazendo aqui é porque são reais. Eles precisam.

Vocês podem trazer essas demandas, que nós vamos nos sentar para colocar todas essas demandas para a subsecretaria.

Obrigado, gente.

SR. TATIANO TAVARES – Bom dia a todos, todas e todos, pegando aqui o exemplo da nossa queridíssima reitora.

Meus caros, eu também sou estudante do *campus* de Planaltina, estudante de Agroecologia.

Uma das coisas que não foram colocadas aqui é a necessidade de os ônibus atenderem mais a população da zona rural. A gente fala muito de acesso à cidade. Esse acesso à cidade tem de ir até à zona rural. Os estudantes da zona rural são muito penalizados e, quando conseguem ingressar, não conseguem dar continuidade, porque, na verdade, as zonas rurais que estão mais próximas à cidade não conseguem ter ônibus – e não vão ter por causa de um monte de dificuldades que a gente já viu aqui hoje. É escandaloso que haja um subsídio que teve uma verba complementar de meio bilhão de reais. Quanto é o total disso?

Então, eu acho que daria para termos mais ônibus e mais inclusão da população desse País partindo da periferia, partindo da juventude mesmo, não só da mão de obra que já está sustentando a máquina, sustentando quem dirige esse modelo de País, que prioriza um modelo de grandes estruturas, não de pequenas estruturas, não de inclusão de mudanças, de renovação. Renovar a forma como os bens e o território estão disponibilizados para a população é um desafio por que os estudantes de Agronomia passam todos os dias, porque isso é cobrado na sala de aula; é um desafio que os estudantes de Agroecologia passam todos os dias, porque são cobrados e está dentro do plano de aula ou dentro do plano de curso. Todos os outros estudantes de Engenharia que estão dentro do Distrito Federal passam por isso.

Agora, é difícil pensar em engenharia, em mudança do território, em uma nova forma de uso do território, em um redesenho de uso do território e das políticas públicas quando o próprio Estado prioriza um outro mecanismo, que são as grandes obras. Por exemplo, você não consegue ver, no Distrito Federal, uma conversa para valorizar a captação de água nas pequenas nascentes, porque todas as instituições públicas desse território priorizam as grandes obras, e por isso, há uma grande barragem para captar água. Mas eles não conseguem ver um diálogo em que a comunidade local vá se responsabilizar pelo reflorestamento e pela manutenção das nascentes locais, para beber água dali mesmo.

A gente vai dando continuidade a isso. Quero agradecer aos Deputados que abriram esse espaço para o diálogo. Peço aos colegas estudantes para montarem mesmo um espaço coletivo aonde a gente consiga trazer essas demandas e pautar o Ministério Público, pautar as outras instituições apontando um novo roteiro e as novas rotas de que a gente precisa.

Obrigado. (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Concedo a palavra ao Sr. Adolfo Filho. Na sequência, ao Sr. Diogo Albuquerque e à Sra. Janah Costa.

SR. ADOLFO FILHO – Bom dia, gente. Eu me chamo Adolfo. Sou estudante da UnB, de Ciências Sociais. Sou militante do Coletivo Juntos. Eu queria saudar primeiramente a bancada do PSOL, que tem feito um trabalho incrível aqui na CLDF, impecável.

Bom, gente, se há uma coisa que não falta na UnB é demanda sobre transportes, subsecretário. Então, vem ano, vai ano, e a pauta dos transportes sempre está na boca do estudante. Isso, como já foi reforçado aqui várias outras vezes pelo Deputado Max Maciel, é um problema estrutural do Distrito Federal. Mas vale a gente

pensar: “Por que é estrutural?” Porque os transportes no Distrito Federal são pensados e executados por uma minoria. Qual minoria é essa? Os empresários do Distrito Federal, que fazem muita pressão sobre o Governo do Distrito Federal, e o governo cede muito para esses empresários.

Pessoal, se a gente não começar a pensar, pressionar e ter espaços como esse, no qual a maioria da população, usando os setores da sociedade civil, pode pressionar, pensar e estar diretamente influenciando na política de transporte do Distrito Federal – se a gente não tiver mais espaços como esse –, o problema não vai se resolver.

Algumas reivindicações que a gente tem na UnB, além do aumento da frota de 110... Sim, você pode colocar da Rodoviária inteira saindo 110, não resolve o problema da superlotação. Enquanto não resolver o problema das linhas diretas das RAs, não vai resolver. Enquanto não colocar mais linha direta, não resolve a lotação do 110. Não resolve.

Outro ponto: intercampi, o transporte gratuito para mobilidade entre os *campi* da UnB. O intercampi caiu, e as justificativas eram duas: era insustentável e caía, segundo a legislação, como transporte pirata. Isso é uma vergonha! Falar que o intercampi, que transporta estudante de dentro da universidade de um *campus* para outro, é transporte pirata. É uma vergonha! Então, não há espaço melhor para tratar sobre isso do que a Câmara Legislativa, que pode estar vendo isso a fundo dentro dos papéis da legislação.

Outro ponto também: passe livre para o Entorno. Outra vergonha histórica do Distrito Federal. Como é que a maioria dos trabalhadores que vêm trabalhar no centro, que são do Entorno, que moram muito longe do centro, não têm passe livre estudantil? Já vou concluir.

A gente tem que estar lutando pelo passe livre. Muito boa a luta, vamos continuar. Só reforçando: na saída a gente está com um abaixo-assinado. Quem quiser assina, para pressionar mais ainda. Eu acho que tem de ter pressão de tudo quanto é lado. Está certinho?

Muito obrigado, gente. Vamos embora!

SRA. JANAH COSTA – Bom dia, gente. Eu sou a Janah. Sou estudante do IFB do Recanto. A primeira coisa, quando se fala que os estudantes são custeados pelo governo, é que a gente é custeado pelo imposto que a gente paga. Como já disseram antes, a gente não está recebendo favor de ninguém. É direito. Está no direito à educação, o transporte. Se vocês não querem trazer a educação até a gente, a gente vai até a educação.

Outra coisa é que não existe linha. Se você não mora em partes específicas do Recanto não existe linha para você ir para a escola. Você vai a pé mesmo! É só uma linha – e eu me arrisco a dizer que é só um ônibus que faz a linha também, porque é de uma em uma hora! Ou você chega adiantado e fica plantado lá ou você chega atrasado e perde aula e, às vezes, não pode entrar. Como já falaram, isso é para estudante do Entorno também, porque temos estudantes do Entorno que estudam lá.

Outra coisa, quanto ao Gama, que é uma região administrativa de Brasília, não há ônibus direto de lá para o Recanto. Temos que pegar três ônibus para chegar até a escola. Eu moro do lado. Eu moro em uma cidade que é do lado, gente, vale mais a pena eu ir para Taguatinga e pegar o ônibus de volta para o Recanto, do que eu pegar lá da minha casa. Fora que a minha irmã é estudante da UnB e ela não pode ir para a parada que fica mais perto da minha casa, porque simplesmente o ônibus não para porque é lotado de manhã cedo. Dois ônibus fazem 6h40min, que é para ela chegar aqui em cima do horário, e não param na nossa parada, porque está cheio.

Então, ou aumentam as frota ou fazem mais linhas. Não sei, mas a gente tem que resolver isso aí, porque aluno também quer estudar! A gente é o futuro do País e a gente não pode estudar? (Palmas.)

Enfim, é isso. Muito obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Querida chamar o Lucas Barbosa, o Raimundo Alves e Ivila Azevedo.

SR. DIOGO ALBUQUERQUE – Bom dia, gente. Eu gostaria de agradecer e de saudar esta Mesa, saudar os que estão presentes. Eu sou morador de Águas Lindas de Goiás. Nasci e cresci em Ceilândia. E eu sei o quanto é difícil a gente ter acesso a um transporte público de qualidade. Quando a gente tem um transporte público, a gente vê que na Ceilândia não é a mesma coisa que no Plano. A gente é forçado a deixar a cidade onde a gente mora para morar mais perto da UnB, porque a gente precisa dessa facilidade de locomoção.

Quem não consegue, infelizmente, fica à mercê do transporte público, que é um transporte público precário, como a gente sabe. É um descaso completo do GDF. A gente vê que o transporte de Ceilândia não é o mesmo do que o daqui do Plano. Quando eu pegava ônibus da Ceilândia para vir para o Plano, toda semana quebrava, sem exceção. Uma vez na semana, pelo menos, o ônibus ia quebrar. Quando a gente chega aqui ao Plano não é a mesma coisa. A manutenção dos ônibus não é a mesma que a gente observa nas regiões administrativas, que são do Entorno.

A gente precisa de uma manutenção mais eficaz, precisa de um transporte público mais eficiente e – principalmente para quem é do Entorno, porque também é uma falta de vergonha do Estado e da subsecretaria não fornecer um transporte público – de passe livre para quem mora no Entorno.

A partir do momento em que a gente tem direito à educação, se o governo não se dispõe a dar um passe livre estudantil para quem mora no Entorno, é a educação que está sendo negada a esses estudantes. Então, é um direito constitucional que está sendo negado para quem mora no Entorno, para quem mora em Águas Lindas.

Como também a nossa querida reitora do IFB falou aqui, isso impacta diretamente na evasão. Eu conheço estudantes que moram, por exemplo, em Luziânia, que chegaram a abandonar o curso que faziam na UnB porque simplesmente não tinham passe livre estudantil para ir para a UnB. Como é que se faz? A gente fica sem acesso à educação por conta disso? Não é justo, não é justo.

Então, eu queria agradecer essa oportunidade de falar. Que a gente possa ser escutado, e a gente vai ser escutado. Enquanto a gente não for escutado, a gente não vai sair daqui. (Palmas.)

SR. LUCAS BARBOSA – Bom dia. Sou Lucas, sou professor do *campus* do IFB de Taguatinga. Sou estudante da universidade e também estou na direção do sindicato. Quero fazer alguns comentários e algumas provocações. Primeiro eu acho que é uma tarefa da juventude colocar na ordem do dia uma defesa do transporte e conseguir tarifa zero, porque isso é possível no DF.

Minha primeira experiência política foi justamente na luta pelo passe livre, lá em 2005, quando a gente fechou a W3 e arrancou – com muita luta, com muita mobilização – o passe livre. Acho que a nossa tarefa é ampliar essa mobilização e garantir tarifa zero.

Algumas questões: subsecretário, por que ainda não houve licitação do sistema de transporte? Eu acho que esse é um grande debate que está colocado aqui. Esse tema precisa ser lícitado e precisa ser transparente. Não dá para toda vez ter subsídio e mais subsídio sem transparência na tarifa técnica. Acho que todo usuário do sistema de transporte tem que saber qual o lucro dessas empresas, para onde é que vai o custo. Eu acho que isso é o mínimo que tem que se colocar.

Acho que é uma questão também... E acho que o GDF tem que deixar de hipocrisia, ao falar assim: “O acesso do passe livre é só (Ininteligível.), porque é a lei.” Por que não envia para a Câmara Legislativa mudança no passe livre para garantir de fato o acesso ao estudante? Porque é simples assim: eu vou de carro porque é impossível. Eu saio de Santa Maria, dou aula de manhã na M Norte, tenho aula no doutorado da UnB à noite e volto para Santa Maria. Sem carro próprio, sem minha moto, eu não consigo fazer isso.

Duas questões para terminar, para deixar todo mundo falar. A evasão. No *campus* de Taguatinga hoje há uma linha de ônibus. Ela é insuficiente. Toda semana há relato de assalto de aluno indo para parada de ônibus. E é concreto. Estudante do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou do ensino superior se matricula e, em duas semanas, abandona porque não tem condição de chegar à escola, porque as linhas simplesmente são irregulares.

Então, eu acho que... Para o subsecretário: cadê o conselho participativo? Vamos escutar a população. Isso é falta de vontade política porque esse governo tem rabo preso com essas empresas. Essa que é a verdade. (Palmas.) É o governo que não tem compromisso com quem está aqui. Tem compromisso justamente com esses empresários que todo dia estão levando bilhões de reais enquanto falta transporte público de qualidade para atender a demanda.

Para terminar, duas questões do Entorno.

Acho que o assessor da Veras está aqui, acho que a gente tem que pensar num passe livre para o Entorno. Não só a garantia do passe livre, porque é simples. Hoje, um estudante do ensino médio gasta 280 reais de segunda a sexta, se sai de Águas Lindas, trabalha e estuda lá no *campus* – a bolsa permanência é de 240 reais.

Então, reitor, acho que a gente precisa complementar esse negócio e aí pensar o passe livre como política também para a região metropolitana.

Por fim, pensando nos estudantes do Entorno, que foi que me passaram, acho que o IFB precisa fazer uma gestão com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, porque simplesmente os ônibus não param na BR. Então, os alunos têm que pegar ônibus para o cento de Taguatinga, para o centro de Ceilândia, para depois irem para casa, porque no *campus*, que está à beira da BR, os ônibus não param.

Terminei. (Palmas.)

SR. RAIMUNDO ALVES – Bom dia, o tempo é curto, então, eu vou, brevemente, me apresentar como estudante de Direito, formando agora pela Universidade de Brasília.

Primeiro, muito obrigado, Deputado, gostaria de dizer que a secretaria não sente vergonha, não sabe o que é hipocrisia. Aqui é uma conversa entre jovens e adultos, mas percebam que o único interesse é capital e dinheiro. Para que vocês entendam melhor as condições a que vocês se sujeitam, a que eu me sujeito também,

ainda somos filhos e netos de escravos. E é isso o que eles reservam a cada um de nós.

Deputado Max Maciel, eu queria só pedir a gentileza – e ao senhor também – de registrar alguns detalhes específicos. Por exemplo, um painel do lado de fora do metrô para informar se existe um metrô saindo agora ou não. Isso é uma discussão que pode prejudicar uma pessoa. Num lapso de uma hora, ela fica ali, observa; ela tem a opção de pegar um ônibus que passará dali a quinze minutos, mas ela não sabe se o metrô vai passar agora ou daqui uma hora. O painel ajudaria bastante.

Outra coisa, não há necessidade nenhuma de dez ou de quinze dias para aprovação de cadastro de estudante. O ônus não deve ser dos estudantes, o ônus deve ser todo da secretaria, com aprovação imediata. Em caso de contestação, vocês anunciam: “Olha, aquela pessoa não faz jus ao cadastro, ela que pague uma multa, que ressarça o Erário”, mas a aprovação para o estudante deve ser imediata.

Uma última coisa. Há exatos dez anos, aqui nessa parada de ônibus, eu precisava fazer uma escolha ao entrar no ônibus: ou eu chegaria a Taguatinga, olhando para lá ou olhando para cá, mas me mover não era uma possibilidade, isso quando inauguraram a linha 555.

O sol nasce em um lugar e se põe em outro. Todo dia é a mesma coisa, o que não muda são as paradas de ônibus, que não conseguem prever onde o sol nasce, onde ele se põe, o dia que chove e o dia que faz sol. As pessoas são postas como animais, Ministério Público, elas são postas como animais, animais, em paradas de ônibus, em época de chuva.

Essas paradas de ônibus são previsíveis, o tamanho, o custo... Tudo, tudo, tudo é previsível. E a fiscalização, a obrigação dos senhores, deve acontecer imediatamente. Perfeito?

Muito obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Querida chamar a Laura Allana, Yasmin Viana e Raíssa Felipe.

SRA. IVILA AZEVEDO – Bom dia a todos, meu nome é Ivila Azevedo, sou estudante do curso técnico de Segurança do Trabalho no *campus* Ceilândia.

Agradeço aqui a oportunidade.

Eu gostaria de abordar a pauta sobre a localização da faixa de pedestre, que fica em frente ao *campus*. A nossa atual faixa fica longe, o que faz com que muitos estudantes se arrisquem em meio aos carros, atravessando no meio da avenida. (Palmas.) Todos os dias, tanto alunos quanto professores correm o risco de serem atropelados. Também pode ocorrer um eventual acidente no caminho em direção ao *campus*.

Diversos registros foram feitos à Ouvidoria do GDF, em busca de melhorias, mas ainda não obtivemos uma resposta. A nossa última solicitação foi feita no dia 3 de agosto de 2022. Infelizmente, também, no momento, ainda não tivemos nenhuma ação.

Aproveito aqui a oportunidade para pedir à Mesa e aos presentes que voltem um pouco da sua atenção para essa causa, porque uma faixa mais bem localizada em frente ao *campus* Ceilândia melhoraria em muito tanto a vida dos estudantes quanto a vida dos motoristas. Isso diminuiria muito o risco de acidentes que todos corremos todos os dias.

Agradeço aqui a oportunidade. Agradeço aos meus professores do *campus* que nos incentivam todos os dias a buscar por melhorias e agradeço aqui a todos. Um bom dia. (Palmas.)

SRA. LAURA ALLANA – Bom dia a todos. Meu nome é Laura. Eu sou aluna do ensino médio em Segurança do Trabalho no *campus* Ceilândia.

Como já foi apresentado, o nosso *campus* tem um problema muito grande com a faixa de pedestre, todos os dias os alunos sofrem constantemente para tentar passar a avenida – a Avenida Elmo Serejo – e todos os dias os alunos correm riscos tentando passar lá.

Outro problema que o nosso *campus* também sofre é com relação à segurança, porque a iluminação pública é muito pouca. Tanto no caminho para o metrô, quanto nas paradas de ônibus, a iluminação é muito pouca. Todos os dias os alunos correm riscos atravessando a pista, caminhando da parada até a escola.

Também, com relação à infraestrutura do local, não há calçadas para os alunos. Os alunos têm que estar andando no meio da pista. E outro problema que os alunos sofrem do *campus* Ceilândia é com relação à pouca quantidade de ônibus. Todos os dias a maioria dos alunos entra no segundo horário. E isso prejudica muito, tanto os professores quanto os alunos, porque o professor não consegue passar a dinâmica que quer. E o aluno não consegue pegar o conteúdo.

O nosso *campus* entende que é um dos mais recentes de Brasília, mas esse é um problema que enfrentamos já há muito tempo. E nós gostaríamos de pedir encarecidamente para resolver isso, porque não está dando certo, tanto a iluminação quanto a quantidade de ônibus, a faixa de pedestre. É uma coisa, assim, relativamente simples de resolver, nada nunca é resolvido.

É isso, muito obrigada a todos. (Palmas.)

SRA. YASMIN VIANA – Bom dia. Primeiramente, eu queria agradecer a todo mundo que está presente aqui para fazer essa transformação na nossa política pública.

Já está mais do que claro que o espaço universitário não é pensado para moradores da periferia. E o “corre” é sempre dobrado. Eu queria representar aqui os moradores de Santa Maria.

Eu sou estudante de Ciências Sociais. A gente pega seis ônibus para chegar até a Universidade de Brasília no *Campus* Darcy Ribeiro. Isso é desumano com qualquer aluno. Não só com os alunos, mas também com os trabalhadores terceirizados que trabalham lá.

Estou solicitando uma linha de integração da Pioneira entre Santa Maria e UnB. O Gama é uma região administrativa ao lado de Santa Maria e tem um ônibus direto para a UnB. Santa Maria não tem. E Santa Maria ainda tem que lidar com o Entorno, porque os moradores do Novo Gama, Valparaíso e Jardim Ingá não têm acesso.

Estou aqui solicitando isso.

É periferia no centro! (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Querida convidar a Jéssica Lima; a Sara Arnaud, do IFB Ceilândia; e o Gustavo Tolentino, da UnB.

SRA. RAÍSSA FELIPE – Bom dia, meu nome é Raíssa. Sou estudante de Agroecologia no IFB Planaltina.

Uma colega minha, antes, trouxe em números a nossa dificuldade de acesso, de transporte, para o *campus*. Para além dessa questão de contabilização, existem experiências nesse trajeto que são muito difíceis de colocar em números.

Quando eu era estudante da UnB, havia – e até hoje há – uma discussão em relação ao transporte noturno e a iluminação, por conta da violência de gênero. Isso também acontece à luz do dia na região do IFB Planaltina.

Houve um dia de manhã que eu perdi o ônibus – só existe um ônibus de manhã para as aulas no IFB Planaltina. Eu tive que descer na BR e andar até o IFB. Nesse momento, um carro, com um cara sozinho, parou naquela via de caminho para o IFB e fez questão de dar a volta no balão. Eu sempre ando na via contrária, e ele fez questão de dar a volta no balão e parar no acostamento em que eu estava andando. E se houvesse um outro cara com ele? E se ele me jogasse para dentro do carro? Eu tive que pedir socorro no grupo dos estudantes do nosso curso para ver se alguém podia me buscar naquela mesma hora.

Isso não tem como contar em quilômetros, isso não tem como contar em tempo. É muito subjetiva essa questão do risco.

Outra coisa que eu queria dizer é que moro no Guará, estudo em Planaltina, o meu filho estuda na escola pública no Núcleo Bandeirante e o meu companheiro é professor da Secretaria de Educação e trabalha no Riacho Fundo. Todo mundo tem que estar na escola às 7h30min. Como é que eu faço?

Outra questão que o senhor falou, e que eu acho superinsensível, foi: “Ah, esse é o horário de menino estar em aula, então não vou colocar ônibus para circular”. A gente da agroecologia tem um tipo de vivência interdisciplinar. A gente não é fechadinho, como a colega estava falando. Quando ela fala de “estar fechadinho nas nossas salas”, não é literal. É de ter a mente ampla, a visão ampla na hora de se relacionar com as pessoas e com as áreas de conhecimento.

A gente da agroecologia tem que estar em contato com a comunidade, isso faz parte da nossa formação. Então, se a gente está na sala de aula e existe a oportunidade de fazer uma experiência em campo para poder se conectar com a teoria, a gente precisa de acessibilidade para isso. E a gente não está tendo.

A gente não consegue fazer vivência nos assentamentos que estão do lado da gente por conta da falta de ônibus. A gente tem insegurança alimentar, e isso é potencializado pela falta de ônibus. É muita falta de sensibilidade.

É irresponsabilidade do governo. O Ibaneis é um irresponsável. Vocês não têm tato para nada. Vocês não pegam ônibus, vocês não têm a vivência. Então, se alguém está falando que vocês não têm propriedade para falar desse assunto de fato, vocês fiquem calados e vocês escutem!

Outra coisa: também tem a questão dos representantes das empresas de ônibus aqui. A gente está metendo o pau no governo, mas tem que meter o pau nas empresas, também. Cadê a transparência? (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Pessoal, faltam apenas seis. Está acabando, voltaremos para a Mesa.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Aviso o pessoal do IFB Ceilândia de que o ônibus estará saindo em breve.

SRA. SARA ARNAUD – Bom dia a todos. Meu nome é Sara, eu sou representante do Centro Acadêmico Vânia Leila Nogueira, de Ceilândia. Deixo aqui as saudações do nosso presidente substituto – nosso presidente está atualmente em um intercâmbio –, Daniel Rodrigues. Ele mandou um abraço a todos da Mesa.

SRA. MARIA EDUARDA – Bom dia. Meu nome é Maria Eduarda, eu sou Presidente do Centro Acadêmico de Letras Espanhol.

São muitas demandas para o *campus* Ceilândia, porque a nossa localização não é muito boa. A maioria dos ônibus não passam por lá. Para Samambaia, passa apenas uma linha às 12h, e a nossa aula acaba às 13h20min. Os meninos já chegam atrasados e têm que sair mais cedo. O pessoal já comentou aqui sobre a perda de conteúdo por conta disso.

As linhas Via Oeste e Via Estádio simplesmente não estão mais passando depois que as aulas voltaram.

A questão da faixa. É muito engraçado isso – as meninas do ensino técnico comentaram, e a gente também está comentando isso aqui. Já é difícil chegar ao *campus*, e a gente ainda corre o risco de morrer atropelado para poder chegar até lá, porque não há faixa. A gente já fez a solicitação, o pessoal do CALET – Centro Acadêmico de Letras e o pessoal do técnico também já fizeram, e não tivemos nenhuma resposta.

Também sobre a questão do transporte intercâmbio entre os IFs para os estádios. Como não há segurança, principalmente no IF, o pessoal não se sente instigado a fazer os estágios em outras localidades, porque o acesso é difícil.

As meninas do técnico também comentaram sobre a questão das calçadas para o metrô. Se a gente não consegue o ônibus, a gente tenta o metrô, mas também não há calçadas lá. A gente tem que andar no meio da pista.

Estas são as principais demandas. O tempo já está acabando.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra para a Sra. Luciana Miyoko Massukado, Reitora do Instituto Federal de Brasília, para que faça as suas considerações, pois ela terá um voo agora. Ela encaminhará um novo representante para a Mesa.

SRA. LUCIANA MIYOKO MASSUKADO – Obrigada, Deputado.

Meninos e meninas que ainda vão falar, perdoem-me. Estou de férias. Vim para este momento, mas realmente preciso ir ao aeroporto. Eu gostaria de parabenizar todas as estudantes e todos os estudantes. É um orgulho ser reitora dessa instituição e ver tantos meninos e tantas meninas se posicionando.

Quando falamos que trabalhamos com uma educação integral e integrada, uma educação que visa a emancipação e a cidadania, eu vejo, com muito orgulho, cada um de vocês, cada uma de vocês falando aqui hoje. Vocês nos representam. Seguimos firmes adiante para atender as demandas e batalhar por mais transporte de qualidade para que vocês tenham condições e dignidade de estudar e conseguir a permanência e o êxito de que tanto falamos.

Muito obrigada, Deputado.

Apenas sobre o Riacho Fundo – agora eu me lembrei –, o pessoal do Kanegae... O Tatiano disse aqui que é de Planaltina. As pessoas das regiões rurais realmente têm dificuldades. Algumas estudantes no Kanegae – inclusive, mães que vieram falar comigo – disseram que o ônibus escolar da Secretaria de Educação passa por lá, mas os estudantes do IFB não podem entrar nesse ônibus.

Precisamos dialogar com a Secretaria de Educação. Há estudantes que abandonam o *campus*. O Kanegae não é longe, mas é longe para ir a pé. De carro não é longe, de ônibus não é longe. Mas a pé é muito longe. As mães estão optando por tirarem seus filhos e suas filhas, porque o ônibus passa em frente, só que eles não podem subir nele. Imaginem o desespero e a decepção desses meninos e dessas meninas.

Fica o pedido e a questão que a Josy colocou sobre a formação dos nossos motoristas e cobradores para as pessoas com deficiências e para os idosos. É isso.

Eu queria pedir que o Diretor Nilton Cometti ocupe o meu assento para representar o Instituto Federal de Brasília até o final desta plenária, porque a gente quer estar presente e ouvir a todos e todas.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Reitora Luciana, agradeço toda a mobilização do IFB, toda a atenção a este debate. Estou muito grato mesmo. Sinto-me muito honrado com a presença de vocês.

Seguindo, Adriana.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – É só um reforço. O ônibus do IFB de Ceilândia pediu para reforçar que está esperando vocês lá.

Eu queria chamar para falar: Gustavo Tolentino, Jennifer Castro, Charles Viana, Mariana Silva Nunes.

SR. GUSTAVO TOLENTINO – Bom dia.

Essa minha fala é uma tentativa para que não ocorra o mesmo que ocorreu com a CEB – Companhia Energética de Brasília e com o Metrô.

Tenho até que agradecer ao Deputado Fábio Félix, um dos poucos Deputados Distritais que defendeu a CEB pública. Hoje, a gente se vê diante do governador, que está tentando, a todo custo, privatizar o Metrô.

Como pesquisador da área, é muito curioso, porque esse exemplo vai contra diversos exemplos de transportes públicos eficientes. Por exemplo, em Nova Iorque, a cidade símbolo do capitalismo mundial, o transporte público não é privado. É do Estado. Há exemplos como esse na França e em diversas outras cidades extremamente capitalistas, mas o Governo do Distrito Federal tende a ir em sentido contrário. Então, vamos manter a tentativa de fortalecer o Metrô como uma empresa pública.

O outro apontamento que eu também gostaria de fazer é o seguinte: por exemplo, o Governo do Distrito Federal gastou 30 milhões num viaduto do Recanto das Emas, quase 300 milhões no túnel de Taguatinga, 30 milhões no viaduto de São Sebastião, mas não gastou 1 milhão sequer na Rodoviária do Plano Piloto.

A estrutura da rodoviária está totalmente defasada. Ela está caindo aos pedaços. Um dos questionamentos é este: por que o Governo do Distrito Federal não está investindo na rodoviária do Distrito Federal?

Bom dia. (Palmas.)

SRA. JENNIFER CASTRO – Bom dia a todos. Meu nome é Jennifer Castro. Eu tenho 24 anos. Sou estudante do *campus* Ceilândia e do *campus* Recanto das Emas.

A demanda que eu trago hoje é dos dois *campi*. Quem mora no Recanto das Emas, nas quadras 600, não tem ônibus direto para o *campus* Ceilândia. Tem que descer paradas acima. Demora séculos até ele passar e, se perder, são dois ônibus.

Quem estuda no *campus* Recanto das Emas à noite, como é o meu caso, noturno, há falta de iluminação. Os ônibus passam em intervalos de uma hora a uma hora e meia, porque há atrasos. Os professores têm que nos liberar mais cedo. A aula seria até às 10h30min, mas eles têm que nos liberar às 10h para podermos pegar o ônibus. No meu caso, já aconteceu de eu estar na parada, à noite, o ônibus não parar, e eu ter que pedir carona para a minha residência, no Riacho Fundo.

O direito de ir e vir é constitucional. Então, quem lucra com isso? Porque se não há acesso para eu ir ao Plano Piloto, para eu ir ao curso, para eu estudar, estão privando o meu direito constitucional.

Quem é que produz a sociedade do cansaço? Muitos estudantes desistem, porque não têm acesso. Se, muitas vezes, não houvesse caronas solidárias, eu já teria desistido do meu curso. Quem está lucrando com isso? Quem está financiando isso? É a pergunta que eu deixo para vocês. Se o estudante está cansado e não tem como frequentar o curso que deseja, quem está em cima disso?

O que eu deixo para vocês é que precisamos de transporte, precisamos de pessoas que visem a isso, porque os estudantes, muitas vezes periféricos, estudam, trabalham, fazem mil outras atividades. Eu deixo aqui para vocês essa reflexão: quem está financiando isso?

Eu, como estudante de dois *campi*, fico extremamente cansada com essa questão de transporte público. Eu passo mais de uma hora e meia para ir para a faculdade. Tenho que pegar dois transportes para ir ao curso, à noite, e dois transportes para voltar, numa via totalmente deserta. A área rural onde o *campus* do Recanto das Emas fica não tem iluminação à noite. O transporte, se você o perder, não tem outro, porque já é a última linha.

É isso. Essas são as minhas demandas e reclamações.

Obrigada. (Palmas.)

SR. CHARLES VIANA – Muito bom dia. Muito boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Quero agradecer à Casa a oportunidade da palavra.

Quero falar sobre a questão muito importante do nosso transporte público, a qual requer muita atenção e está passando, no momento, por grandes dificuldades.

Sabemos que a realidade não é fácil, sabemos que a realidade não é bela, sabemos que a realidade é cruel para quem vive esse sofrimento diário e para os alunos, que querem uma qualificação profissional, querem uma melhoria para a sua família, querem crescer como pessoa, mas que têm essa prova, têm essa dificuldade

e essas barreiras.

Hoje, ouvimos, aqui, muitas pessoas falarem, desabafarem sobre a sua realidade.

Nós queremos solicitar das autoridades, do governo, do Estado providências relevantes e satisfatórias que venham atender a nossa população.

Quero pedir, também, aos alunos que estão buscando a sua formação que insistam, que lutem pelo seu objetivo, porque não é fácil. Tem que ter sangue no olho, tem que ser guerreiro para lutar, para vencer os desafios.

Que nós possamos ter o suporte necessário e devido pela parte do Estado.

Nesta oportunidade, quero deixar a saudação e a lembrança a minha mãe, Isalina Viana Moreira, que está fazendo aniversário no dia de hoje.

Quero, também, deixar o grito de guerra – nós devemos sempre deixar o nosso clamor –, que nós temos que deixar sempre em evidência: vida longa à educação de qualidade no Brasil!

Uma salva de palmas a todos os estudantes. (Palmas.)

Obrigado a todos pela oportunidade. (Palmas.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Passaremos a palavra à Karina Martins. Em seguida, à Deise Manso.

SRA. KARINA MARTINS – Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria de começar dizendo que a gente não está pedindo nada demais. A gente está pedindo o mínimo de que a gente precisa. A gente é estudante e a gente não está pegando ônibus porque a gente quer. É porque a gente é pobre e porque a gente precisa.

Primeiramente, eu sou estudante do *campus* de Taguatinga, eu faço Eletromecânica.

Eu queria dizer, como moradora de Santa Maria, que eu sofro para caramba para chegar ao *campus*. Literalmente, eu já fui muito prejudicada por isso, muito prejudicada pela falta de acessibilidade nos ônibus. Já fui assediada, já sofri de tudo. Ainda por cima, ali em cima, tem muita gente que mora em Goiás, muita gente que mora no Entorno, que não tem acesso a ônibus direito, que passa dificuldade para caramba para chegar e que não desistiu. A gente está resistindo muito a isso.

Para vocês, parabéns por estarem aqui hoje, porque vocês não desistiram dessa luta. Houve muita gente que eu conheci que desistiu no meio da caminhada porque simplesmente tinha que pegar quatro ônibus por dia. A gente precisa de acesso à cultura, a gente não é robô, a gente precisa de cultura, sim. No domingo e nas férias, a gente continua sendo estudante, continua sendo gente. (Palmas.) Se a gente está aqui, hoje, parabéns para todo mundo que veio. Isso aqui é o mínimo de que a gente precisa.

Muito obrigada a quem veio. (Palmas.)

SRA. DEISE MANSO – Boa tarde. Desculpem-me, eu estou um pouco nervosa. Pedi, de última instância, para falar e agradeço ao funcionário por me deixar participar desta oportunidade. Não entendi, mas há duas semanas sonhei que estava neste local, que estava pegando fogo. Falavam para mim: “Vai lá para o outro lado”. Não entendi o porquê. Mas, do outro lado, falavam assim: “Você tem que voltar para lá, porque é lá que você tem de estar”.

Perdoem o meu nervosismo, mas venho pedir a vocês que aumentem a quantidade de passagens de ônibus para os estudantes. O passe livre é tão importante, que influencia na sua vida desde a hora em que você sai de casa. Eu sou deficiente auditiva, sou mãe de uma filha com autismo e faço o curso de Letras – Espanhol no IFB de Ceilândia. Todos os dias, eu chego atrasada, porque moro na Asa Norte. Não tenho ninguém para levar minha filha até a escola. Ela tem que chegar até as 7h30min, que é a hora em que o portão abre. O pai dela não pode levá-la à escola, porque não tem condições de pagar a passagem. Ele me dá 150 reais de pensão, e eu estou quase dando-a, para ele pagar a passagem e, assim, levá-la e não prejudicar minha ida à faculdade.

Outra questão também é o passe livre para o acompanhante da pessoa especial, para ele ter a oportunidade de levar a pessoa especial para casa. Às vezes o pai do estudante não tem condições de voltar para casa, e esse estudante tem que faltar a aula por causa disso. Ia me ajudar também nessa questão, porque minha filha tem o passe livre, tem direito a acompanhante, mas a pessoa só pode ir com ela na ida à escola. Na volta, não pode, porque não tem a passagem para ir embora. Então, eu gostaria que vissem isso, para as crianças não faltarem aula.

Eu faço CIL – Centro Interescolar de Línguas à noite. Graças a Deus, eu estudo na Asa Norte. Na semana passada, havia três crianças do ensino fundamental esperando o ônibus para Sobradinho ou Paranoá – não lembro. Um deles me falou assim: “Tia, me arranja um dinheiro?” Eu respondi: “Para quê? Para usar droga?” Eu já fui na ignorância, porque, na Asa Norte, há muitos pontos de droga.

Esses meninos saíram da escola às 5h da tarde, e eu saí do CIL às 9h30min da noite. Então, eles estavam na parada até as 9h30min da noite, expostos, sujeitos a serem estuprados, violentados, aliçados por traficantes, esperando o coleguinha arranjar dinheiro para irem embora. É preciso, então, que se aumente a quantidade de passagens para esses estudantes também.

Obrigada a todos pela oportunidade. (Palmas.)

SR. IGOR ANDREY – Boa tarde, pessoal. Meu nome é Andrey, sou Presidente do Centro Acadêmico de Gestão Pública do IFB e também sou Coordenador Regional da FENECAP – Federação Nacional de Estudantes do Campo de Públicas.

Depois de tantas falas técnicas e algumas de desabafo, eu gostaria de falar ao GDF, representado aqui pelo subsecretário, que podem existir várias alegações, falta de recursos, crises, todas as alegações possíveis, mas uma frase que eu gostaria de citar, do Cortella, é: “Pode faltar tudo, menos capricho e solidariedade.”

Quando vou ao metrô e vejo – como um estudante aqui falou – o mapa desatualizado há doze anos, constato que isso é uma questão de falta de capricho. Quando vejo a questão das paradas de ônibus – como um estudante também falou –, em que não foi estudado o problema do sol e da chuva, constato que isso é falta de capricho.

Quando falo da questão da solidariedade, falo de quando chego ao metrô, e todas as estações que têm banheiros estão trancados para o povo. Eu chego ao metrô da galeria da 102, da 106, da 108, da 110 e tanto o banheiro para PCD quanto o para não PCD estão trancados. Isso é questão de solidariedade. O assunto da aluna que estava aqui e que falou sobre o elevador para cadeirantes do ônibus estar funcionando e o motorista não para, também é questão de solidariedade.

Eu estava conversando com uma aluna que sai do IFB, *campus* Brasília – um *campus*, inclusive, privilegiado quanto a transporte –, para quem dei uma carona na semana passada. Ela me disse: “Eu tenho um filho de 4 anos”. Eu perguntei: “Que horas você chega a sua casa?” Ela respondeu: “Onze e meia.” Eu falei: “O seu filho está acordado quando você chega?” Ela disse: “Não”. Perguntei: “Que horas você acorda?” Ela respondeu: “Às cinco, para chegar ao trabalho às oito”. Então, eu perguntei quando ela via o filho, ao que ela me respondeu: “Aos finais de semana, eu consigo ter uma convivência com ele”.

Então, pode faltar de tudo aqui, mas capricho e solidariedade estão faltando demais. Outra coisa que eu quero falar e que foi trazida por uma aluna é que não existe ônibus para o Plano Piloto, no período noturno. Os únicos ônibus que existem, da Rodoviária de Planaltina, saem às 6h30min da tarde e às 10h30min da noite. Mas nenhum sai da Rodoviária do Plano Piloto. Esse é um adendo da galera de Planaltina, que queria falar. (Palmas.)

Valeu, pessoal!

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convido a Susan a falar. Ela é a última.

SRA. SUSAN WENDY – Bom dia, pessoal! Eu sou muito envergonhada. Estar aqui na frente é bem difícil. Nossa colega foi embora, e quero pedir desculpas, professor, por ter me metido ali, agora. Mas é muito vergonhoso o transporte... Você fala que se emociona, mas eu fico superemocionada, porque a gente demora cinco horas, em transporte público, para chegar à faculdade.

Então, falar que a gente está dentro de sala – desculpe-me, subsecretário – é muito cômodo. Eu sou mãe; vários outros aqui trabalham, precisam estagiar. Então, se eu perder o ônibus de meio-dia, da Rodoviária à Asa Sul, não chego à faculdade. Estou aqui reclamando porque, no dia 13 de dezembro, fiz uma reclamação à Ouvidoria – não sei como funciona a parte interna –, no dia seguinte, bloquearam-me e falaram que eu não tinha mais acesso por causa da tal da biometria, que o senhor disse que é para segurança. Eu tive que colocar a foto de um colega da faculdade, o Vítor – não sei nem se ele está aqui –, para poderem descobrir que não era eu, senão eu iria responder criminalmente. É uma falta de respeito com os alunos – não sei se é só com os alunos.

Então, eu solicito transporte público para o *campus* de Planaltina, porque é uma vergonha não haver. Isso afeta várias áreas. O nosso curso começou com quarenta alunos e hoje, no segundo semestre, só há oito alunos em sala. Há três professores para dar aula para oito alunos. Isso é uma vergonha! Trata-se do nosso dinheiro, do dinheiro de todos nós. Há tantos alunos em condições de estarem em sala de aula e não estão! Não sei se o Ministério Público sabe disso. Há professores maravilhosos lá e, na sala, há oito alunos, porque há evasão. A gente não tem alimentação nem segurança alimentar. Então, é muito difícil a vida do estudante hoje no Brasil. É isso. Só um desabafo mesmo. Peço transporte público.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Muito obrigado, gente. O exercício de fiscalizar e de acompanhar um processo democrático é isso.

Eu agradeço a todos que falaram aqui e que subsidiaram ponto a ponto, algo muito importante para que a gente consiga ir atrás daqueles pontos que a gente não tinha mapeado. Que a gente possa registrá-los e fazer um bom relatório.

Para encerramento, vou passar a palavra ao Professor Paulo Cesar, da UnB. Em seguida, concederei a palavra ao Subsecretário Márcio e ao Deputado Fábio Félix. Assim a gente encerra.

Concedo a palavra ao Professor Paulo Cesar Marques da Silva. PC, por favor, com a palavra.

SR. PAULO CESAR MARQUES DA SILVA – Eu o chamo de Max. Por que você não pode me chamar de PC? (Risos.)

Eu queria, de novo, saudar a iniciativa e agradecer ao Deputado Max Maciel e ao Deputado Fábio Félix. Saúdo todos os que construíram esta audiência.

Quando a gente ouve os depoimentos, a gente vê que é um povo guerreiro. Não é fácil ser morador desta cidade, não é fácil ser estudante nesta cidade. Essa constatação é muito importante.

Como já ouvimos aqui, é necessário que toda a coletividade se organize e se mobilize para alcançar os níveis de dignidade e de cidadania que todos nós almejamos.

Eu ficaria por aqui para não tomar muito tempo, mas acho que lhes devo um ponto em relação aos ônibus intercâmpis na Universidade de Brasília. Embora agora a gente já tenha um público pequeno da UnB – majoritariamente quem está aqui é o pessoal do IFB –, acho importante deixar um registro aqui.

O intercâmpis foi criado em 2009, no momento da criação dos novos *campi* da universidade. Por acaso, eu estava na administração naquele ano, naquele período: primeiro, na assessoria do Reitor Professor José Geraldo; depois, na prefeitura da universidade. A justificativa não é desculpa, não. O que motivou a criação do intercâmpis foi a incompletude dos *campi* que estavam sendo criados. Nem todas as disciplinas estavam sendo oferecidas, a biblioteca era falha, não havia restaurante universitário. Então, existia uma dependência entre o *campus* de Planaltina, que já era um pouco mais antigo, e os novos *campi* de Ceilândia e do Gama, que eram incompletos. Por isso, era necessário fazer a universidade prover esse deslocamento entre o *Campus Darcy Ribeiro* e esses *campi*.

Essa justificativa não se sustenta mais porque os *campi* hoje são completos. Todas as disciplinas são oferecidas dentro dos cursos de cada *campus*. Todas as disciplinas são oferecidas, e ali há restaurante universitário, serviços de conveniência, biblioteca.

Enfim, a gente não tem como justificar isso. A gente está falando de dinheiro público. Todo gasto que se faz precisa ser justificado. A universidade não tem como justificar a manutenção de um serviço desse porte, porque é caro fazer esses deslocamentos. Não significa que uma atividade não requeira alocação de veículo para fazer esse deslocamento, como foi feito hoje, alocar ônibus para vir à Câmara Legislativa para audiência pública. Isso pode ser feito, mas a manutenção de linha regular intercâmpis, infelizmente, não é mais possível.

Nós comunicamos isso. Comunicação é uma dificuldade, é um desafio para sempre para todos nós. Nós comunicamos isso, respondemos a essa demanda e estamos tentando criar um grupo de trabalho para discutir essa mobilidade intercâmpis. A última vez que eu consultei esse processo, estavam esperando somente a confirmação dos nomes dos representantes estudantis nesse GT – Grupo de Trabalho para a gente fazer a nomeação, criar uma alternativa, estudar o assunto e ver de que forma conseguir superar a questão. É nesse pé em que nós estamos.

Infelizmente, a modalidade do intercâmpis como funcionou entre 2009 e 2019 não é mais possível fazer, não é mais possível manter. Agora, estamos dispostos a criar, conjuntamente, alternativas que permitam essa mobilidade de uma maneira mais digna e mais proveitosa para a instituição e para a comunidade.

No caso específico do CO – Centro Olímpico, é o intracampus, que é um ônibus com o serviço que funciona dentro do *Campus Darcy Ribeiro* e que faz esse atendimento. A gente pode discutir isso, sim. A gente tem cobrado diversas vezes, inclusive da prefeitura, que se aumente a frequência e melhore esse serviço. A gente sabe que ele é deficiente e pode melhorar, sim. Acho que existe mesmo uma deficiência, que é responsabilidade da universidade.

No mais, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e parabenizar, de novo, a iniciativa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, professor.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Antônio, Subsecretário de Operações da Semob.

SR. MÁRCIO ANTÔNIO RICARDO DE JESUS – Mais uma vez, boa tarde a todos.

São muitas as demandas em que a Secretaria de Mobilidade estará debruçada, em parceria com a Câmara Legislativa, para avançar na melhoria do atendimento aos estudantes.

Quero deixar alguns pontos como reflexão.

A extensão do benefício ao pessoal que mora no Entorno e a ampliação do passe livre estudantil para os finais de semana e outras atividades culturais passam por uma discussão maior junto ao governo e à Câmara Legislativa, que implica aumento de custo e busca por uma forma de custeio. Acho que é uma discussão que a gente pode ampliar.

A gente já vem fazendo alguns atendimentos. Agradeço a palavra do professor. Recebemos toda a equipe do IFB Planaltina, que, naquela ocasião, solicitou-nos alguns atendimentos específicos, que foram prontamente atendidos. Agora, as demandas já são outras, pois os processos do transporte coletivo são bem dinâmicos, e a gente pode ampliar as discussões.

Eu acho que poderíamos começar por um dos pontos de maior incidência, eu não diria de reclamações, mas de solicitações de melhoria do transporte coletivo, Deputado, o IFB de Planaltina, de onde mais nos demandaram aqui.

Com relação a alguns atendimentos pontuais, acho que, a partir do relatório, a gente amplia as discussões.

Sobradinho fez alguns questionamentos com relação a um possível desequilíbrio de oferta e demanda. Hoje, ela está proporcional à quantidade de demandas. Sobradinho I e Sobradinho II têm mais demanda, portanto há mais veículos de lá. Sobradinho I tem menos demanda. Recentemente, criamos um horário, saindo às 22h30min do terminal Asa Sul, passando lá. Somando-se as duas demandas, de Sobradinho I e II, viabilizou-se a criação de um horário direto. Surgiu uma demanda que justificasse isso.

Então, ultrapassando esses limites de ordem legal – a gente vai trabalhar mais e ampliar essa discussão –, acho que o atendimento pontual a cada uma das solicitações vai ser tratado. Mais uma vez, ressalto que a Secretaria de Transporte e Mobilidade é sensível, sim, ao problema dos estudantes. Estamos sempre à disposição para que possamos ajustar a oferta de transporte coletivo à necessidade dos estudantes, quer seja com a criação de novos horários, com a implantação de uma nova linha ou com a alteração de um roteiro atual. Não faz sentido a gente especificar um serviço que não esteja atendendo à população.

Por ora, seriam essas as considerações.

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Obrigado, Subsecretário Márcio.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix, que também é autor, junto à Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, do requerimento que originou esta audiência pública.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito rapidamente, para concluir, eu queria agradecer, mais uma vez, ao amigo e Professor Leo Ortegá.

Agradeço ao Paíque, que está aqui também. É uma referência para nós neste debate e trouxe as suas contribuições.

Registro a presença da Professora Catarina, da Faculdade de Educação da UnB. Ela é uma lutadora em defesa da educação e pesquisadora na área da militarização das escolas. (Palmas.) Em reflexão com muitos grupos, tem feito debates importantes na cidade.

Eu queria falar sobre dois pontos. O Deputado Max Maciel vai detalhar, depois, os encaminhamentos que a comissão vai fazer. A gente vai construir esses encaminhamentos juntos.

O primeiro foi falado por vários estudantes. O sentido do passe livre e da gratuidade não quer dizer que o custo é zero. O custo sai de algum lugar, sim. Sai do nosso bolso, em um sistema tributário absolutamente desigual, que é esse que a gente tem. É um sistema pautado no consumo. Então, proporcionalmente, quem paga muito imposto é quem está sentado aqui. É o trabalhador e a trabalhadora que financiam o transporte público que hoje está muito aquém da necessidade da população do Distrito Federal. Então, acho que esse é um ponto importante que foi parte da fala de muitos dos nossos estudantes.

Segundo, acho que esta audiência – concluo com esta fala – é parte de um processo. Obviamente, a gente não vai sair daqui com a solução de todos os problemas, porque a gente sabe que o problema do transporte público e mobilidade, no Distrito Federal, é um problema estrutural. Mas precisamos construir um processo de luta para mudar o transporte na cidade, para que tenhamos melhorias em linhas específicas e em algumas diretrizes gerais do transporte público. Então, esse é um processo de luta.

Acho que começamos muito bem. Participei de mobilização na UnB, participei de mobilização no IFB de Brasília e vi como muita gente está interessada. Existe muita dificuldade no transporte. Essa luta precisa ser permanente. Vamos ter que organizar uma espécie de brigada de luta permanente, neste ano, pela melhoria do transporte público para o direito à educação ser garantido nesta cidade.

Não há jeito: isso só vai se resolver com pressão – muita pressão. Até aqui, só ofício não resolveu o problema. Só memorando, ofício e ligação não resolveram o problema. Nós vamos ter que fazer muita pressão para que haja melhoria no transporte público da cidade.

Não tenho dúvida de que a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana está à disposição para a gente organizar e sistematizar quais são as melhorias necessárias e urgentes para o transporte público da cidade.

Então, que esta audiência pública seja um passo importante para que tenhamos as soluções de vários problemas que tratam sobre o direito à mobilidade e ao transporte, pois, obviamente, estamos tratando desse direito aqui. Mas o que todo mundo trouxe é que ele dialoga com outros direitos, como: o direito à vida, o direito à dignidade, o direito à sua condição de integridade.

Estamos falando aqui sobre a questão de gênero, que é fundamental. As mulheres estão expostas na sua dignidade, porque não há iluminação pública, porque o transporte não chega perto do *campus* especificamente. Então, elas têm que andar muito mais longe por falta de iluminação e segurança.

É o direito à alimentação. Quando você passa três, quatro, cinco horas por dia no transporte público, você também não tem direito à alimentação.

São outros direitos, como a dignidade humana, da qual estamos falando aqui. Então, pensar no transporte público hoje é pensar no direito à dignidade humana.

Acho que foi isso que todo mundo trouxe como desabafo nas falas. E acho que não foi só desabafo, foram falas técnicas do ponto de vista da realidade que cada um vive quando aponta os problemas, como a falta de linhas específicas que poderiam e deveriam funcionar, mas, infelizmente, não funcionam.

Então, o nosso mandato, o Gabinete 24 da Câmara Legislativa, junto ao Gabinete do Deputado Max Maciel estão à disposição para essa luta.

Subsecretário e demais autoridades, saibam que o nosso papel como Poder Legislativo – falo isso sempre, porque, infelizmente, muitos Parlamentares ainda entendem a Câmara Legislativa como puxadinho do governo, e ela não é – é de independência e fiscalização, seja de empresa, seja do Governo do Distrito Federal. Nosso papel é fiscalizar e fazer barulho. Temos que cumpri-lo como Poder Legislativo e não atuar como mais um secretariado do Governo do Distrito Federal, mas com independência para lutar pelos direitos e pelas demandas da população do DF.

Contem com os nossos gabinetes nessa luta.

Obrigado, Deputado Max Maciel. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Muito bem, Deputado Fábio Félix.

Devido ao horário – a gente tem compromisso com a Casa e com os trabalhadores e as trabalhadoras que precisam almoçar, porque, daqui a pouco, já voltam às suas atividades –, eu queria agradecer à COPOL – Coordenadoria de Polícia Legislativa, à copa e à *TV Câmara Distrital* por estarem nos ajudando aqui; a todos os membros da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana; ao Gabinete Aba Reta e ao Gabinete 24, do Deputado Fábio Félix – muito obrigado; às empresas que se fizeram presentes – é fundamental estarem aqui com a gente para ouvir. Certamente parte das demandas depende desta Mesa para que vocês consigam atendê-las.

Sobretudo, Subsecretário Márcio, também é preciso passar por esta Casa uma decisão de governo que permita, pelo contrato, que exista a ampliação de novas linhas – ouviram, Dr. Dênio e Dr. Alexandre? Há um limite de criação de linhas e novas rotas para serem implementadas dentro do sistema.

Estamos com um problema de estrangulamento em Santa Maria. O terminal já não comporta mais carros. A Pioneira está lá, ou seja, agora, a Semob precisa construir a ampliação daquele terminal para poder ter mais ônibus saindo dessa rota. A gente está acompanhando isso. Junto à comissão, Deputado Fábio Félix, nós vamos fazer isso.

Quero agradecer a todo o IFB pela presença; à Universidade de Brasília; à pedagogia, porque sou pedagogo de formação – muito obrigado por ver a pedagogia aqui; às organizações estudantis – Juntos!, Levante Popular da Juventude, Afronte! e UNE – e ao Ministério Público, que está nessa jogada.

Antes de fazer o encaminhamento final, chamo todos vocês, pois, no dia 5, haverá uma reunião técnica na comissão. Convidamos o Daniel Santini para fazer um levantamento e explicar o estudo sobre tarifa zero. São mais de sessenta cidades no Brasil que já implementam tarifa zero. Com esse entendimento, queremos descobrir como o Distrito Federal pode caminhar para esse processo.

Das demandas, vamos aguardar, Professor Paulo Cesar, da Universidade de Brasília, a solicitação de algumas informações de que precisamos sobre novas rotas. A gente avançou pontualmente em algumas coisas.

Também, Professor Nilton, sobre o IFB, de todos os dez *campi*, estamos solicitando esse levantamento de rotas, de horários e de onde há uma concentração maior de estudantes para que possamos, de fato, cruzar as informações de linhas e horários e apresentar um relatório mais preciso.

Na comissão – quando falamos da comissão, leiam-se os mandatos dos Deputados que estão presentes e dos que não puderam estar aqui, como o Deputado Gabriel Magno, o Deputado Martins Machado, o Deputado Pepa, que fazem parte desta comissão –, nós já apresentamos algumas indicações.

Vamos debater com o Fauzi do DER a construção de uma parada no IFB de Taguatinga. Como se trata de uma BR, não há parada do lado em que ele está. Em Samambaia, vai haver a duplicação daquela via... Nós pedimos uma boteeira porque a ocorrência de incidente naquela faixa é muito grande, devido aos quebra-molas serem um pouco mais distantes. É uma pista de ida e volta, o estudante olha para um lado e, quando vê, o carro já está vindo de outro.

Também há outra indicação nossa. Vamos conversar com a Administração do Recanto das Emas sobre a iluminação extracampus do IFB do Recanto das Emas. De fato, ali há um limite. A gente esteve lá essa semana também.

Quero dizer a vocês que a gente está acompanhando – estão aqui as empresas – a renovação da frota da Pioneira, da Piracicabana, da Urbi e da Marechal.

A Marechal, salvo engano, já colocou no seu sistema o novo modelo de bilhetagem, que vai permitir que ele seja *on-line*, ou seja, a gente vai poder fazer pagamento por pix, cartão de crédito e débito. Depois, precisamos que todas as empresas instalem esse sistema para que ele seja homologado. A gente está acompanhando isso também.

Quero dizer, subsecretário, que nós, junto com o Deputado Fábio Félix, apresentamos a proposta – o que foi uma vitória nossa – de não resgate do vale-transporte de imediato, um pacto para a prolongação de dois a cinco anos, a depender do uso. Há o compromisso do Governo do Distrito Federal em apresentar já um novo projeto de lei de reformulação do passe livre, permitindo que domingos e feriados entrem na rota da gratuidade, e um estudo para a ampliação das férias, ou seja, estamos aguardando que a Semob diga para nós qual é o impacto real do estudante nas férias. Lembrando que, como são mais de 300 mil estudantes que usam o passe livre, há várias idades e faixas etárias e não são 300 mil que vão rodar simultaneamente usando seis viagens por dia, mas a gente precisa de um estudo para implementar esse processo também.

Nós fizemos uma visita ao BRB Mobilidade. Todos os cadastros dos estudantes da UnB são validados automaticamente. É preciso que seja colocado duas vezes no validador; se aparecer alguma inconformidade, ele deve ligar para o número 3120-9500, para falar direto com o BRB Mobilidade, para descobrir se houve um problema com a questão da biometria facial – o que a gente está discutindo também –, ou se, de fato, há um impeditivo na questão legal junto à instituição com a secretaria.

Para isso tudo, gente, nós vamos e queremos, no decorrer do ano, apresentar a melhor forma.

Muita gente está perguntando: por que uma audiência só sobre o IFB e UnB? Está aqui o Professor Léo. A gente mudou a cidade com a configuração dos estudantes ocupando-a. Não havia, dez anos atrás, quando se realizou a última pesquisa de origem e destino, *campus* espalhados do IFB por toda a cidade e a periferia ocupando a universidade como está ocupando. Isso exige um novo estudo, exige uma nova perspectiva de como a gente ocupa a cidade.

Quero dizer a vocês que, se o sistema custa 4 bilhões para ser tarifa zero, o papel desta Casa é descobrir orçamentariamente como vamos bancar esse sistema e não ficar discutindo se vamos reduzir, se vamos cortar passe, se vamos reduzir passe de alguém. (Palmas.)

Com isso, gente, eu quero agradecer a todas as autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, ao meio-dia e quarenta e cinco minutos. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta Casa ou pelo gabinete do Deputado autor do requerimento de realização deste evento.



Documento assinado eletronicamente por **VENESSA DE CARVALHO COSTA - Matr. 12534, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 16/05/2023, às 15:07, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 16/05/2023, às 18:34, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1161342** Código CRC: **0DD1499B**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br